



UC/FPCE — 2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais em torno da violência conjugal:
Estudo exploratório junto de agressores**

Joana Filipa Simões Figueiredo (e-mail: naturejoana@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (subárea de especialização Psicologia Forense) sob a orientação da Professora Doutora Madalena Alarcão

Representações sociais em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de agressores

Resumo: O presente estudo teve como objectivo geral avaliar as representações sociais de uma amostra de agressores (n=19) de violência conjugal, recolhida em instituições de avaliação e acompanhamento a agressores e num estabelecimento prisional da região Centro do País.

Pensando que a existência de representações sociais legitimadoras da violência, por parte dos agressores, pode facilitar o seu comportamento violento e pode contribuir para a desvalorização da necessidade de modificação da conduta abusiva, considerou-se pertinente investigar a forma como legitimam, mais ou menos, a violência conjugal e as razões que identificam como estando na base da sua emergência, manutenção e possibilidade de resolução. Com tais objectivos, foi aplicado o seguinte protocolo de investigação: Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS), Escala de Crenças da Violência Conjugal (ECVC), Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR). Os resultados obtidos indicaram uma discordância moderada por parte dos participantes, o que indicia que a população em estudo parece legitimar pouco a violência conjugal. Contudo, verificou-se uma maior legitimação da violência perpetrada por indivíduos do sexo feminino e de idade avançada, evidenciando uma tendência para desculpabilizá-la. As causas de violência mais apontadas colocam a tónica no próprio agressor ou em aspectos que o afectam directamente. Os factores de manutenção com maior concordância reflectem uma leitura centrada primordialmente na figura da vítima, reconhecendo também como importantes para a manutenção da violência as promessas de mudança de comportamento por parte do agressor e a falta de denúncia de tais comportamentos. Finalmente, os factores de resolução mais referidos enfatizam aspectos relacionais, intra-individuais e sócio-culturais como forma de combater e erradicar o fenómeno da violência conjugal.

Palavras-chave: violência conjugal; representações sócias; agressores; causas; factores de manutenção; factores de resolução.

Social representations of conjugal violence: Exploratory study with male perpetrators.

Abstract: This study aims to evaluate the social representations of a sample of male offenders (n=19) of conjugal violence, collected from institutions able to assess and monitorize offenders and in the prison situated in the central region of the country.

Thinking that the existence of representations social legitimating of violence by male perpetrators may facilitate their violent behavior and may contribute to the devaluation of the need to amend the abusive conduct, it was considered relevant to investigate how legitimate, more or less, marital violence and the reasons who identify as being the basis for its emergence, maintenance and possible resolution. With these objectives it was applied the following investigation protocol: Violence Conjugal Questionnaire – Stories (QVC-HIS); Belief Scale of Marital Violence (ECVC) and Questionnaire of Conjugal Violence - Causes, Maintenance and Resolution (QVC-CMR). The results indicated a moderate disagreement by participants, which shows that the sample of this study seems little to legitimate conjugal violence. However, there was a greater legitimization of violence by females and older individuals, showing a tendency for excused her. The most quoted causes of violence put the focus on the offender himself or on issues that

affect them directly. The maintenance factors with greater agreement reflect a reading centered primarily in the figure of the victim, also recognizing as important for the maintenance of violence the offender's promises to change his behavior and the lack of reporting such behavior. Finally, the resolution factors most mentioned emphasize the relational, intra-individual and social cultural aspects as a way to combat and eradicate the phenomenon of marital violence.

Key Words: conjugal violence; social representations; male perpetrators; causes; maintenance factors; resolution factors.

Agradecimentos

À Professora Doutora Madalena Alarcão, pelos conhecimentos transmitidos, pela atenção, orientação e disponibilidade demonstradas ao longo deste ano e que fizeram deste um percurso mais fácil.

Ao Dr. João Redondo, ao Dr. Rui Abrunhosa, à Dr.^a Dina, à Dr.^a Celina Manita e respectivas equipas técnicas que, atenciosamente, se disponibilizaram para me auxiliar na árdua tarefa de recolha da amostra.

Aos participantes da investigação que deram o seu consentimento para integrar o presente estudo, tornando-o viável.

À minha família, em especial, aos meus pais e ao meu irmão, pela força, coragem, incentivo, exemplo e determinação com que me ensinaram, desde sempre, a enfrentar todas as etapas da minha vida.

Ao Ricardo, pela paciência incessante, pela presença constante, pela inter-ajuda e amor demonstrados sempre!

Às amigas de curso, Joana(s), Sónia(s), Rafaela, Patrícia, que fizeram de Coimbra, a minha Coimbra, e me proporcionaram momentos que a memória não apagará.

À Dr.^a Natália Cardoso e à Dr.^a Sónia Santos pelos ensinamentos e pela forma como marcaram a minha passagem pela APAV de Coimbra.

Aos amigos que ganhei durante o ano de estágio na APAV e dos quais guardarei recordações dos bons momentos de partilha.

A todos os amigos e pessoas importantes na minha vida, pela vossa presença e apoio ao longo de todos estes anos.

Muito obrigada!

Índice

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 1 |
| I. Enquadramento conceptual..... | 2 |
| 1.1 Violência Conjugal..... | 2 |
| 1.1.1. Conceito..... | 2 |
| 1.1.2 Interacções violentas no quadro da conjugalidade..... | 3 |
| 1.1.3 Leituras interpretativas do fenómeno da violência conjugal.... | 5 |
| 1.1.4 Intervenção com agressores..... | 8 |
| 1.2 Representações sociais..... | 10 |
| 1.2.1 Conceito..... | 10 |
| 1.2.2 Representações sociais em torno da violência conjugal..... | 13 |
| II - Objectivos..... | 18 |
| III - Metodologia..... | 19 |
| 3.1 Amostra..... | 19 |
| 3.2 Instrumentos..... | 21 |
| 3.2.1 Questionário de Violência Conjugal – Histórias..... | 21 |
| 3.2.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal..... | 22 |
| 3.2.3 Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução..... | 23 |
| 3.3 Procedimentos estatísticos..... | 24 |
| IV - Resultados..... | 25 |
| 4.1 Representações sociais em torno da violência conjugal..... | 25 |
| 4.2 Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal..... | 28 |
| 4.3 Variáveis sócio-demográficas e representações sociais em torno da violência conjugal..... | 30 |
| V - Discussão..... | 30 |
| VI - Limitações ao estudo e sugestão para pesquisas futuras..... | 43 |
| VII - Conclusões..... | 45 |
| Referências bibliográfica..... | 48 |
| Anexos..... | 53 |

Introdução

Durante muito tempo, o tema da violência na família permaneceu encoberto pela sociedade, ignorado pela comunicação social e ausente dos discursos políticos. Vários factores contribuíram para essa ocultação, designadamente a não percepção da natureza grave e criminal de determinados actos ocorridos na esfera privada, as relações de proximidade e de poder entre vítimas e ofensores, a tolerância social a tais actos, os mecanismos tradicionais de regulação social (e.g., o poder patriarcal, a elevada diferenciação de papéis de género) e, ainda, o peso de alguns valores religiosos e culturais (Matos, 2006).

Com o movimento associativo de mulheres que, no início dos anos sessenta, as juntou em grupos de partilha de experiência de vida, também chamados de grupos de promoção do aumento da consciência, a violência doméstica, e particularmente a violência conjugal, foi denunciada. Esta passou a ser encarada como um problema social grave e uma questão política (Gondolf & Fisher, 1991, cit. por Dias, 2004), embora a sua desocultação seja ainda limitada. De acordo com as estatísticas do *Bureau of Justice National Crime Survey*, uma mulher é maltratada a cada quinze segundos, na sua casa, e 20% de todas as urgências hospitalares das mulheres são devidas aos maus-tratos (Matos, 2002). Em 2009, a APAV registou 6.539 situações de mulheres vítimas, cerca de dezoito por dia. O crime mais perpetrado continua a ser a violência doméstica, sendo a vítima do sexo feminino (88%), com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, e o agressor maioritariamente masculino (84%), com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos. Os maus-tratos psíquicos detêm os valores mais elevados, com 35,1%, seguindo-se os maus-tratos físicos (29,2%), as ameaças (20,3%) e a difamação e injúrias (11,2%) (APAV, 2010).

O entendimento da violência doméstica como um problema de saúde pública e de paz social tem levado à mobilização dos Estados membros da União Europeia, no sentido da sua prevenção e repressão. Em Portugal foram já elaborados dois Planos Nacionais contra a Violência Doméstica (entre 1999 e 2006), encontrando-se actualmente em vigor o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007 e 2010).

O trabalho com agressores tem mostrado que a maioria não problematiza ou não encara como violentos e desadequados os seus comportamentos relacionais (Manita, 2005). Entender as suas representações sociais em torno da violência conjugal permitirá perceber o modo como estes legitimam os comportamentos violentos, assim como hipotetizar sobre a influência que essas representações exercem enquanto factores despoletadores, de manutenção e/ou de resolução do comportamento violento.

I. Enquadramento Conceptual

1.1. Violência conjugal

1.1.1 Conceito

A violência conjugal insere-se no espectro conceptual da violência doméstica, mas assume um sentido mais restrito, enquanto maltrato perpetrado no seio da díade conjugal (Duarte, 2002). Pode envolver o uso intencional da força ou a intimidação sobre o(a) parceiro(a), coagindo-o(a) na sua acção ou causando-lhe dano físico, e/ou um conjunto de agressões não físicas, mas igualmente violentas, nomeadamente, a violência emocional ou psicológica que pode assumir consequências mais profundas do que a vitimação física (Gelles, 1997, cit. por Matos, 2002). Os diversos tipos de violência podem coexistir, sendo os seus efeitos tão mais graves quanto maior é a duração da relação violenta. A violência conjugal assume, frequentemente, uma certa regularidade temporal e espacial. Como tal, são as noites e os fins-de-semana os períodos mais arriscados para a vítima de violência. Assim como é no quarto e na cozinha que a violência conjugal ocorre com mais frequência (Margolin & Fernandez, 1987, cit. por Dias, 2004). A violência conjugal assume-se, então, como a expressão máxima, física e simbólica, de uma relação de poder, ou seja, de um controlo coercivo, de um poder e domínio no quadro de um relacionamento íntimo (Scott, 1992, cit. por Duarte, 2002).

É um fenómeno socialmente transversal e multidimensional que apresenta, frequentemente, um carácter cíclico e uma intensidade crescente (Alarcão, 2002) e que continua, ainda, a ter mais vítimas entre as mulheres (Corsi, 1995, cit. por Alarcão, 2002; APAV, 2009). As características de circularidade, intermitência e arbitrariedade, bem como a tolerância social face à violência, assumem um papel determinante nas dificuldades da

mulher maltratada, daí advindo elevados custos psicológicos, para a própria vítima e para os filhos, e sociais, ao nível dos sistemas de justiça, saúde e emprego (Giles-Sims, 1998, cit. por Machado & Matos, 2007).

1.1.2 Interações violentas no quadro da conjugalidade

A investigação actual sobre a violência na intimidade sugere que existem distintos padrões de violência no casal. O sociólogo Michael Johnson (2006) identificou quatro formas qualitativamente distintas de violência entre parceiros heterossexuais, tendo em conta os padrões de controlo do(s) membro(s) violento(s): *violência comum de casal*, *terrorismo íntimo*, *resistência violenta* e *controlo violento mútuo*.

A *violência comum de casal* diz respeito a uma dinâmica de violência recíproca que representa uma resposta interpessoal face a um conflito específico. Pode assumir um carácter intermitente, episódico/ocasional, ou até mesmo isolado. Pode ser iniciada pelo elemento masculino ou pelo feminino e pode não ter um impacto significativo na vítima que, inclusivamente, pode não se perceber como tal. Quando comparados com a condição que se descreve a seguir, estes casos registam uma prevalência inferior e uma menor probabilidade de a violência escalar no tempo e de causar dano severo à vítima (Johnson, 2005, 2006; Johnson & Ferraro 2000). Esta forma é tipicamente mais referenciada em estudos com populações normativas, o que deixa perceber que a interacção violenta pode existir em muitos quotidianos conjugais, pelo menos durante algum tempo. . A designação de violência comum de casal pode contribuir para alguma legitimação de certos comportamentos violentos, particularmente quando são menos intensos e mais simétricos, ainda que não tenha sido essa a intenção do autor. Seria importante estudar mais em profundidade esta forma de violência no sentido de, conhecendo-a melhor, poder renomeá-la.

O *terrorismo íntimo* envolve uma violência progressiva, sistemática e mais grave, incluindo dinâmicas múltiplas (e.g., violência física, subordinação, ameaças, isolamento e outras técnicas de controlo) e uma menor probabilidade de auto-defesa por parte da vítima. Pode acarretar consequências mais severas (e.g., Perturbação de Stress Pós-Traumática) e envolver um número significativo de tentativas de separação do cônjuge abusado (*idem, ibidem*). Assenta em tradições patriarcais e é habitualmente

identificada entre as vítimas acolhidas em casas-abrigo e nos estudos de âmbito criminal.

A *resistência violenta* consiste, tipicamente, na agressão cometida pelas mulheres sobre os parceiros que se mostraram continuamente agressores e controladores na intimidade. Este tipo de violência é, particularmente, cometido num registo de auto-defesa mas pode escalar até actos mais graves (e.g., homicídio) (*idem, ibidem*).

O *controlo violento mútuo* assenta na dinâmica típica de relações em que ambos os elementos são violentos (verbal e/ou fisicamente) e lutam para ter o controlo da relação. É um dos tipos de violência menos identificados nas investigações (Johnson, 2005, 2006; Johnson & Ferraro, 2000). Nos casos de violência recíproca, existe paralelismo nas agressões e paridade de força entre o homem e a mulher (Alarcão, 2002).

Para Perrone e Nannini (1997), os protagonistas da trama violenta são designados como actores da violência, distinguindo-se os emissores (os que manifestam a violência com actos) e os receptores (os que a recebem). Os participantes são as pessoas que estão presentes no momento da acção violenta. Os autores defendem que a violência assume duas formas distintas: a *violência agressão* e a *violência castigo*.

A *violência agressão* ocorre no quadro de uma relação de tipo simétrico e é, por isso, encarada como uma troca de golpes: ambos os elementos reivindicam o mesmo estatuto de poder e de força. Ao tratar-se de uma relação igualitária, a escalada conflui numa agressão mútua, salientando-se o facto de os actores terem consciência desta forma de violência bidireccional, recíproca e pública. Neste tipo de violência, a identidade e auto-estima estão preservadas, o outro é existencialmente reconhecido. As consequências psicológicas são limitadas e os actores da violência agressão estão conscientes da incongruência dos episódios violentos e mostram preocupação e vontade de ultrapassar ou resolver a violência (Perrone & Nannini, 1997).

Na *violência castigo*, pelo contrário, a violência toma a forma de castigo e inscreve-se no quadro de uma relação desigual. Um dos actores reivindica uma condição superior e assume o direito de infligir um sofrimento, muitas vezes cruel, a quem, por definição, se coloca numa posição inferior. Tratando-se de uma relação de desigualdade, a violência é unidireccional. A

diferença de poder pode ser tão acentuada que o elemento que se encontra em posição inferior não tem alternativa e submete-se, mesmo contra sua vontade. Ambos os actores têm uma baixa auto-estima: a vítima apresenta uma perturbação da identidade e o seu sentimento de dívida perante aquele que a castiga leva-a a justificar os maus-tratos e a sofrê-los sem dizer nada; o agressor, por sua vez, é rígido, pouco empático e impermeável ao outro e à sua diferença. Contrariamente à violência agressão, a violência castigo acarreta profundas sequelas para a vítima.

1.1.3 Leituras interpretativas do fenómeno da violência conjugal

Reconhecida a multicausalidade da violência conjugal, várias são as leituras interpretativas que pretendem explicar o fenómeno, centrando-se ora no agressor, ora na vítima, ora no contexto familiar ou sócio-cultural, ora na interacção entre vários destes elementos e níveis contextuais.

A compreensão da *violência como reflexo de factores biológicos e intra-individuais* aponta para explicações relacionadas com as características de personalidade do agressor, o consumo de substâncias, o papel dos neurotransmissores, a influência das disfunções cerebrais, da psicopatologia do agressor e também da vítima (Malley-Morrison & Hines, 2004, cit. por Matos, 2006). A perspectiva dos maus-tratos enquanto reflexo de factores individuais é uma das mais difundidas no senso comum (Gelles & Loseke, 1993, cit. por Matos, 2006) e dela decorre uma série de implicações (e.g., atribuição da violência ao consumo de álcool/drogas e/ou a características de personalidade). Ao agressor tem sido associada uma personalidade *borderline*, agressiva e hostil, com dificuldades no auto-controlo, sintomas depressivos e baixa auto-estima ou fracas competências sociais (Kantor & Jasinski, 1998, in op. cit.). Um grupo de investigadores tem vindo a referir que a ênfase dada aos factores individuais serve frequentemente para desresponsabilizar os agressores pelo comportamento violento (justificandoo, p.e., com base em factores como o álcool), contribuindo para uma construção não criminal da violência na intimidade (Matos, 2006). Este tipo de teorização, centrada no agressor, convida à construção falaciosa da violência como um problema de saúde mental, circunscrito a uma minoria homogénea. Relativamente à vítima, alguns autores procuram identificar os traços psicopatológicos que conduzem a mulher a permanecer na relação

violenta (e.g., carácter masoquista da mulher batida, teoria do desânimo aprendido, conceptualização da mulher como sobrevivente activa (Dias, 2004).

A compreensão da *violência como resultado de dificuldades dos sistemas sociais e familiares* foca os contextos e os padrões de interacção pessoal, equacionando a influência dos níveis micro ou exosistémico na emergência e manutenção da violência conjugal (Malley-Morrison & Hines, 2004, cit. por Matos, 2006). A perspectiva da transmissão intergeracional da violência tem subjacente a noção de aprendizagem social (Gelles, 1979, Margolin et al., 1988, cit. por Matos, 2006). A família é percebida como uma entidade que pode não só viabilizar certos comportamentos agressivos como pode levar à interiorização de valores ideológicos e sociais promotores de condutas violentas, actuais ou futuras (Gelles, 1997, cit. por Matos, 2006), perpetuando-se o ciclo quer os filhos testemunhem quer sejam vítimas directas de violência na família (Pollak, 2003, in op. cit.). As teorias da vinculação enfatizam as experiências vividas nos primeiros tempos de vida como sendo relevantes para a construção do *self* e para a estruturação do mesmo. Vários estudos mostram que indivíduos com modelos representacionais “inseguros” têm, na idade adulta, mais dificuldades no relacionamento íntimo (e.g. Hazan & Shaver, 1987, Shaver & Hazan, 1993, cit. por Paiva & Figueiredo, 2003) e são, com mais frequência, vítimas ou perpetradores de maus-tratos em pessoas significativas (Dutton, Saunders, Starzomski & Bartholomew, 1994, Wekerle & Wolfe, 1998, in op. cit.).

As *perspectivas sócio-culturais* têm analisado os factores históricos, culturais e políticos que contribuem para os maus-tratos à mulher, debruçando-se sobre as funções que a violência desempenha numa determinada sociedade (Bograd, 1990, cit. por Dias, 2004), a forma como as práticas culturais interferem na violência familiar (Levesque, 2001, cit. por Matos, 2006) e o modo como os discursos sócio-culturais contribuem para a vitimação da mulher e para a perpetuação do problema ao longo de gerações. As teorias críticas e os movimentos feministas, em particular, têm-se preocupado com a análise dos discursos culturais e sociais e com a forma como estes legitimam o fenómeno da violência, na intimidade, e influenciam a intervenção nesse domínio.

A ligação entre género e violência conjugal tem gerado bastante

discussão havendo autores que defendem a simetria de género e outros que afirmam que género e poder constituem o processo chave da violência conjugal. Os que defendem a simetria de género baseiam-se em duas linhas de investigação: a) estudos que encontram taxas idênticas de perpetração de violência entre sexos (Stets & Straus, 1990, Straus, Gelles & Steinmetz, 1980, cit. por Dias & Machado, 2008); b) investigações que descrevem um perfil psicológico similar entre homens e mulheres maltratantes (Moffitt et al., 2000, 2001, in op. cit.). Os resultados destes estudos foram usados para desafiar as teorias feministas que defendem que a violência conjugal é um problema de género e de poder (Anderson, 1995, cit. por Dias & Machado, 2008). Outros autores (Anderson, 2005, Currie, 1998, Miller & White, 2003, in op. cit.), pelo contrário, enfatizam a necessidade de considerar o género para compreender o fenómeno da violência conjugal. Miller e White (2003, in op. cit.) defendem que é no modo pelo qual o género estrutura as relações, colocando maioritariamente a mulher numa situação de inferioridade face ao homem, que se encontra a natureza genderizada da violência conjugal. Apesar desta controvérsia acerca da simetria de género, diversas abordagens teóricas, bem como a maioria dos estudos empíricos, remetem para a importância de considerar a variável género na compreensão da violência conjugal (Dias & Machado, 2008).

Heron, Javier, McDonald-Gomez e Adlerstein (1994, in Jasinski, 2001, cit. por Matos, 2006), no seu *modelo social etiológico*, propõem a existência de uma interacção entre factores estruturais (e.g., desigualdades estruturais, domínio do masculino, organização hierárquica das famílias) e pessoais (e.g., aceitação da violência como forma de resolver conflitos, concepções desajustadas acerca da realidade) para a ocorrência da violência contra a mulher. Gelles (1983, cit. por Correia, 2008) sustenta que a violência é mais frequente quando as recompensas para o comportamento maltratante superam as punições. A natureza privada da família e a relutância de algumas instituições em intervir contribuem para uma redução dos custos para o maltratante. A aprovação cultural do uso da violência promove ainda mais as recompensas para esse tipo de comportamentos.

O *modelo ecológico* (Corsi, 1995, cit. por Alarcão, 2002) faz uma leitura complexa do fenómeno da violência familiar e considera que a realidade que se constrói e se desenvolve no microsistema se relaciona não apenas com as

características dos elementos que o integram, e com a totalidade que ele forma, mas é também influenciada pelas características do exossistema e do macrosistema. O'Neil e Harway (1999, cit. por Matos, 2006) propuseram um *modelo multiníveis* sobre os factores de risco para o exercício masculino da violência na intimidade, com o objectivo de desenvolver programas interventivos dirigidos ao homem e aos casais que lidam com o problema. Os autores reforçam a ideia de uma interacção entre factores macro-sociais (e.g., valores que predisõem para dinâmicas de opressão da mulher), relacionais (e.g., história pessoal, *background* familiar), biológicos, psicológicos (e.g., processos cognitivos que resultam em atitudes que predisõem para uso da violência) e de socialização (e.g., estereótipos de género) e consideram que predizer o risco de um indivíduo se tornar violento envolve avaliar o número de factores de risco a que está exposto bem como as suas interacções.

1.1.4 Intervenção com agressores

A intervenção psicológica com agressores afirma-se, nos últimos anos, como complementar à intervenção com vítimas, não se substituindo à intervenção judicial nem à responsabilização ou à criminalização do agressor mas assumindo-se, acima de tudo, como uma via para a mudança de comportamentos, como um contributo para a redução das elevadas taxas de reincidência e, obviamente, como uma via para a promoção de relações não violentas e de uma sociedade mais igualitária.

A intervenção psicológica com agressores visa sempre a protecção actual da vítima e a prevenção da violência futura. Mesmo que a actual vítima abandone a relação haverá outra mulher que, no futuro, poderá vir a ser maltratada por este homem se ele não alterar o seu comportamento. De acordo com Manita (2005), a intervenção deverá ser feita no contexto de abordagens integradoras, articulando a intervenção com agressores e com vítimas nos planos nacionais de luta contra a violência. Apesar da variedade de modelos existentes, os mais frequentemente usados são os psico-educacionais, pró-feministas, e os psicoterapêuticos (Meichenbaum, s/d).

Muitos *programas psico-educacionais*, inspirados no modelo pioneiro do *Projecto de Duluth* e no seu “*currículum educativo*”, encaram a violência como resultado de uma ideologia patriarcal. Estes programas são geralmente

implementados com agressores que não apresentam perturbação psicopatológica e realizam-se, habitualmente, em grupo. Nestes programas trabalham-se questões como as de género, poder e controlo, papéis sociais e sexuais; natureza da violência familiar; mitos e falsas crenças associadas à violência doméstica. São promovidas modalidades de relacionamento alternativas às violentas, competências de comunicação e negociação, assertividade e controlo comportamental, estratégias de resolução de problemas e gestão de conflitos (Manita, 2005) São analisados o ciclo da violência, as suas consequências e a responsabilização do agressor.

A *perspectiva cognitivo-comportamental* considera que a violência ocorre porque é funcional para o agressor, porque este tem distorções e défices cognitivos e comportamentais ou porque é incapaz de utilizar certas competências (Meichenbaum, s/d). As intervenções baseadas neste modelo visam a identificação e promoção de competências tidas como importantes para uma interacção mais adequada – comunicação, assertividade e técnicas de gestão da raiva (e.g, *time-outs*, técnicas de relaxamento, reestruturação cognitiva, auto-instruções e prevenção de recaídas), aumento da sensibilidade aos conflitos interpessoais, modificação de padrões de pensamento (Manita, 2005).

Mais recentemente, têm sido desenvolvidas intervenções que se focam nas *componentes emocionais da violência doméstica*. Estas enfatizam o papel do ciúme e da empatia e estimulam o reforço da relação (Meichenbaum, s/d). Incluem actividades (e.g., *role-plays*, trabalhos de casa) que visam incrementar as competências expressivas, a comunicação empática com o companheiro e a identificação e gestão das emoções.

Os *grupos de auto-ajuda*, embora possam ser coadjuvantes de outras intervenções, levantam sérias reservas, quer pela ausência de objectivos bem definidos, quer pela quase inexistência de profissionais preparados para coordenar e monitorizar este tipo de trabalho (Tolman, 1995, cit. por Manita, 2005).

Os *programas de gestão de raiva* assentam no treino de competências para o controlo emocional e comportamental. Promovem treinos de auto-instrução que ajudam a reconhecer situações que provocam respostas violentas e promovem a aprendizagem de instruções inibitórias para controlar respostas agressivas automáticas (Manita, 2005).

A cessação da violência é uma condição fundamental de todas as intervenções terapêuticas, pois só assim é possível trabalhar no sentido da sua eliminação (caso a mesma se mantenha, a situação deve ser denunciada às autoridades).

Em Portugal, embora seja ainda escassa a investigação e intervenção levadas a cabo junto de agressores, tem-se assistido a um conjunto de movimentações que apontam para uma evolução positiva. Ao nível das políticas nacionais salientam-se os pontos 4.9 e 4.10 dos I e II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica que apontam, respectivamente, para o “Desenvolvimento e criação de gabinetes de atendimento e tratamento clínico de famílias disfuncionais para a prevenção da violência doméstica” e para a “Criação de recursos de reabilitação e tratamento clínico dos agressores que, voluntariamente, pretendam mudar o seu comportamento (Manita, 2005).

Os programas para agressores apenas resolvem uma pequena parte dos problemas de violência doméstica. Com efeito, “eles não dispensam o investimento continuado nos programas de apoio a vítimas, a criação de casas abrigo, residências temporárias, os programas de apoio a crianças que sejam vítimas (in)directas de violência, a formação de base e contínua dos profissionais que contactam com esta realidade, assim como, a educação comunitária e o crescente investimento na educação para os direitos, educação para a igualdade e para a cidadania” (Manita, 2005, p.85). Sempre que vítima e agressor pretendem manter a relação, é útil avaliar a possibilidade e utilidade de uma intervenção conjugal, particularmente nas situações de violência comum de casal, uma vez que a própria relação pode alimentar o comportamento violento. O trabalho conjunto de vítima e agressor não deverá, contudo, considerado quando o agressor não reconhece o seu comportamento violento ou em situações de desqualificação sistemática entre parceiros.

1.2. Representações Sociais

1.2.1 Conceito

A noção de representação social foi introduzida por Durkheim, em 1898, altura em que começou a estudar o conceito de consciência colectiva (Vala, 2006). Na sua perspectiva podem distinguir-se as representações colectivas, caracterizadas pela homogeneidade e pela estabilidade e partilhadas pela

generalidade dos elementos de um grupo, e as representações individuais, que se reportam a estados mentais internos dos indivíduos, caracterizando-se por um carácter variável e efémero (Vala, 2006).

Mais de meio século após a proposta de Durkheim, o interesse pelas representações sociais emergiu, novamente, na década de cinquenta, no âmbito de uma série de debates e tertúlias, realizadas em Paris, em torno da psicanálise. Em 1961, Moscovici propôs-se reflectir sobre como se constrói um mundo significativo, sendo neste quadro que apresenta o conceito de representação social (em Vala, 2006). A delimitação deste conceito torna-se uma tarefa difícil porque, tal como qualquer outro constructo, está sujeito a reformulações mas também porque se associa muito estreitamente com noções da psicologia e da sociologia, entre as quais tende a perder-se (Bidarra, 1986). Actualmente, surge uma “multiplicidade de definições polissémicas” (Vala, 2006, p. 464), algumas das quais “(...) recortam dimensões e aspectos específicos, tendo presente os propósitos também específicos de cada investigação” (*idem, ibidem*)

Para Jodelet (Howarth, 2006, p. 67) (...) as representações são imagens que condensam diversos significados, que permitem às pessoas interpretarem o que está a acontecer; [são] categorias que servem para classificar circunstâncias, fenómenos e indivíduos com os quais lidamos, teorias que nos permitem estabelecer factos sobre eles”.

Moscovici (1981, cit. por Vala, 2006, p.458) defende que as representações sociais são “um conjunto de conceitos, proposições e explicações, criado na vida quotidiana, no decurso da comunicação interindividual. São equivalentes, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”. Nesta óptica, a representação social é um conceito fundamental para a compreensão do senso comum, pois a partir deste é possível construir uma epistemologia popular em contraposição com uma epistemologia científica (Queiroz, 2004). Desta forma, Moscovici moderniza e reformula o conceito de representação colectiva, pois, por um lado, aplica-a às sociedades modernas, mais concretamente às formas de difusão do conhecimento científico e à sua apropriação pelo senso comum e, por outro lado, retira-lhe o carácter homogéneo e estático que a noção manteve na obra de Durkheim (Valentim,

2003). Segundo Moscovici (1976, cit. por Valentim, 2003, p.24) existe uma polifasia cognitiva, segundo a qual “várias formas de pensamento coexistem correntemente num mesmo indivíduo”, sendo que as cognições se constroem nas actividades de comunicação e de interacção que têm lugar em diferentes quadros sócio-institucionais, pela apropriação progressiva dos sistemas de signos em circulação nos diferentes grupos sociais. O conceito de representação social exprime, então, a dinâmica que se estabelece entre percepção e conceito. As representações são encaradas como um processo que torna o conceito e a percepção intermutáveis, numa relação recíproca (Bidarra, 1986). Com efeito, a representação social, como prática sócio-cognitiva, (Jodelet, 1984; Moscovici, 1984, cit.por Howarth, 2006) é algo que construímos com o intuito de perceber os mundos nos quais vivemos. Ao fazer isso convertemos estas representações sociais numa realidade social particular para os outros e para nós mesmos.

Moscovici aponta como dimensões da representação social, a informação, o campo de representação e a atitude. A informação remete para os conhecimentos acerca do objecto social. A noção de campo de representação traduz a ideia de uma organização do conteúdo e dos elementos que a estruturam. A atitude refere a orientação geral, positiva ou negativa, mais ou menos favorável em relação ao objecto da representação (Bidarra, 1986; Teixeira et al., 2006).

No que se refere aos processos de formação das representações sociais, Moscovici distingue a objectivação e a ancoragem. Pela objectivação, as noções abstractas tornam-se concretas, são “coisificadas” (Bidarra, 1986; Valentim, 2003; Teixeira et al., 2006). Mais complexo, o processo de ancoragem refere-se ao enraizamento social de novas noções, às suas múltiplas inserções em categorias e conhecimentos existentes previamente. O “processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e de reelaboração do velho tornando-o novo” (Vala, 2006). Este é um processo que, em relação dialéctica com a objectivação, articula três funções das representações: a função cognitiva, a função de interpretação da realidade e a função de orientação de condutas e relações sociais (Moscovici, 1976, p. 107-111, Herzlich, 1972, p. 312-316, Jodelet, 1984, p. 367-378, cit. por Bidarra, 1986).

Se a orientação dos comportamentos e comunicações constitui a função

específica da representação social, faz todo o sentido conceber a existência de relações estreitas entre representação e comportamento. Doise (1972, 1976, in op. cit.) impulsionou o estudo das relações entre as duas variáveis, a partir de investigações sobre o desenvolvimento das relações entre grupos. Herzlich (1972, cit. por Bidarra, 1986) defende que há casos em que a representação se redefine por influência de um comportamento discordante da representação inicialmente induzida. O comportamento pode reforçar, ou pelo contrário, minimizar o sentido da representação. Enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a relação com os outros e orientam o comportamento. As pessoas tendem a transformar aquilo que lhes é desconhecido em algo familiar, interpretando o objecto de acordo com o significado que este tem para si próprio (Teixeira et al., 2006). Assim, as representações sociais servem como guias da acção, uma vez que modelam e constituem os elementos do contexto no qual esta ocorre e desempenham, ainda, certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sócio-cognitivo (Jodelet, 1989, cit. por Cabecinhas, 2004).

1.2.2 Representações sociais em torno da violência conjugal

Considerando “os fenómenos de violência, a perspectiva analítica centrada nas Representações Sociais permite captar os sentidos que os actores (protagonistas ou vítimas da violência) atribuem às suas representações e às suas práticas, sem secundarizar o sistema (ambiente, contexto, situação, estruturas) no qual esses actores agem e onde acções violentas são praticadas” (Porto, 2006, p.264).

Vários estudos internacionais documentam a relação entre as representações em torno da violência e os comportamentos violentos dos indivíduos nos seus relacionamentos íntimos (Matos, 2006). Em relação aos agressores, no entender de Herzberger e Ruceckert (1997, cit. por Matos, 2006), representações tolerantes face aos maus tratos conjugais podem constituir-se como precursores e como consequências do comportamento violento, uma vez que os agressores tendem a acreditar que esta é justificável e que não devem ser unicamente responsabilizados ou punidos pelos actos praticados. Outros estudos têm evidenciado que esse tipo de representações contamina aqueles que intervêm publicamente em casos de violência na intimidade. Berry (2000, cit. por Matos, 2006) refere que, nos anos oitenta, alguns juízes ainda entendiam o abuso na intimidade como um

“sintoma” de um mau casamento e o maltratante arrependido era olhado como merecendo uma outra oportunidade. Ptacek (1988, in op. cit.), a partir de uma análise de artigos e livros escritos por vários profissionais que intervêm directamente com maltratantes (e.g., assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras), refere que a “perda de controlo” e a “provocação” surgem, frequentemente, como formas de explicar a ocorrência de violência contra a parceira. Para o autor, este tipo de atribuição contribui para preservar atitudes culturais que mantêm a violência na intimidade.

Em Portugal, existem também alguns estudos neste domínio. Na investigação conduzida por Machado, Matos e Moreira (2003), sobre *“Violência nas relações de namoro: Comportamentos e atitudes na população universitária”*, a partir da aplicação da escala ECVC, concluiu-se que a generalidade dos sujeitos apresenta um baixo nível de concordância com representações legitimadoras da violência. Contudo, os estudantes masculinos revelaram percepções mais tolerantes acerca da violência. Subscreveram mais a ideia de que a violência poderá ser justificável face a determinadas condutas da mulher, consideraram mais importante preservar a privacidade familiar, acreditaram que a violência pode ser atribuível a causas externas e fora de controlo do ofensor, tais como o álcool ou a pobreza, e minimizaram mais a “pequena violência” no contexto das relações íntimas. Verificou-se, ainda, que a tolerância face à violência decresce ao longo do percurso de formação. Ao comparar vítimas e não vítimas e agressores e não agressores, nas relações actuais e passadas, verificou-se que estes não se diferenciaram significativamente no seu grau total de tolerância à violência.

Um outro estudo sobre *“Violência nas famílias portuguesas: Um estudo representativo na região Norte”* (Machado, 2005), realizado também através da ECVC, revelou que os homens legitimam mais o comportamento violento.

Apesar de traduzirem valores globalmente baixos de tolerância face à violência na intimidade, os dois estudos referidos corroboram alguma da literatura internacional, revelando que, em determinadas dimensões, se verifica uma maior tolerância ao maltrato por parte de determinados grupos. No estudo de Machado (2005) é possível observar-se mais claramente que o estatuto de agressor e de vítima está associado a uma maior tolerância face à violência. As vítimas revelam-se mais tolerantes (e.g., minimização da

“pequena” violência), provavelmente porque são influenciadas pelos estereótipos culturais que enfatizam a normalidade da violência (Nabi & Horner, 2001, cit. por Matos, 2006), a preservação da família a todo o custo e a crença de que a violência foi apenas um acto isolado (Matos, 2006). Por sua vez, os agressores são também mais tolerantes, banalizando a violência, provavelmente pelo facto de sustentarem crenças de auto-desculpabilização, atribuição externa da culpa e minimização do dano causado à vítima (Machado, Gonçalves, & Matos, 2005, in op. cit.).

Casimiro (2002) no seu estudo, intitulado “*As representações sociais da violência conjugal*”, pretendeu testar a hipótese de que as representações sociais sobre a violência estão condicionadas pelo meio social a que se pertence. Para tal, foram realizadas entrevistas semidirectivas e em profundidade a um grupo de trinta mulheres residentes em meio urbano, casadas ou vivendo uma relação conjugal, com filhos pequenos e pertencendo a meios sociais distintos. As principais conclusões mostraram que as mulheres de meios sociais mais favorecidos tendem, de forma visível, a proteger a sua privacidade, acentuando e demarcando uma distância em relação ao problema da violência conjugal. Embora reconheçam a dimensão física da violência, debruçam-se, maioritariamente, sobre questões relacionadas com a violência verbal, sexual, económica e, particularmente, sobre a violência psicológica e não especificam o sujeito perpetrador da violência conjugal. As mulheres do grupo social mais desfavorecido julgam a violência conjugal como uma prática tipicamente masculina, que passa maioritariamente pela agressão física, exercida de forma continuada e premeditada e com a intenção explícita de ferir a mulher. Para este conjunto de mulheres, a verdadeira causa da violência conjugal reside na própria natureza do género masculino, considerado dominador, agressivo e forte, ou seja, inevitavelmente violento. Por esta razão, as entrevistadas de uma franja social mais carenciada encaram a violência conjugal como uma espécie de destino incontornável, um modo de vida, assumindo, assim, uma postura de resignação e passividade.

Percebe-se que as representações sociais de legitimação da violência podem ter um impacto profundo, moldando o entendimento que os intervenientes da violência – vítimas e agressores – constroem acerca destas experiências. As vítimas podem permanecer na relação, interpretando tais

ocorrências como episódios sem significado pelo que não denunciam os abusos. Os agressores, por sua vez, podem desvalorizar a necessidade de modificar a sua conduta abusiva (Machado, Matos & Moreira, 2003).

De acordo com o estudo de Carlson e Worden (2005, cit. por Camelo, 2009), que visou compreender as atitudes e crenças associadas à violência doméstica, concluiu-se que actos de violência física são encarados, consensualmente, como violência doméstica. Contudo, esta percepção diminui quando o agressor é mulher. Quando o agressor é homem há mais probabilidade de os sujeitos considerarem que há uma acção legalmente punível. Quanto às causas da violência, as mulheres atribuíram a violência a características da história pessoal do agressor, com maior predominância do que os homens. Por seu turno, os homens referiram problemas na relação como factor gerador de violência. De um modo geral, os sujeitos indicaram mais causas de cariz individual na explicação da violência, não associando o fenómeno a factores sociais ou culturais.

Diversos estudos foram já realizados junto de profissionais que contactam com esta problemática, com o intuito de analisar as suas representações sociais sobre a violência conjugal e o modo como estas podem influenciar, negativa ou positivamente, o seu desempenho.

Machado, Martins, Santos, Dias, Antunes e Rato (2005, cit. por Camelo, 2009) realizaram um estudo com uma amostra de militares da GNR e agentes da PSP. Os resultados apontam para uma discordância moderada relativamente à legitimação da violência conjugal, embora a atribuição externa da culpa, a preocupação com a privacidade familiar e a preservação do laço conjugal levam os elementos da polícia a evidenciar uma maior tolerância da mesma. Salienta-se também que os agentes mais velhos demonstraram níveis mais elevados de legitimação da violência conjugal, particularmente no que se refere à ideia da privacidade da família.

O estudo realizado por Correia (2008), sobre as representações sociais sobre a violência conjugal, com uma amostra de estudantes e profissionais de direito (magistrados, auditores de justiça e advogados) revelou, em ambos os grupos estudados, que não existiam representações sociais legitimadoras da violência conjugal. As diferenças encontradas associaram-se às variáveis idade e género, sendo as mulheres e os indivíduos numa faixa etária intermédia os menos legitimadores. No que concerne às causas da violência

conjugal, as mais apontadas remetem para as características individuais do agressor ou causas externas e de natureza social; contrariamente, as menos assinaladas são as reportadas à vítima (Correia, 2008).

O estudo de Camelo (2009) concluiu que, de uma forma geral, os profissionais da CPCJ não legitimam a violência conjugal, embora os elementos masculinos tenham respondido de forma mais legitimadora. Um maior contacto com situações de risco psicossocial parece favorecer a emergência de representações mais legitimadoras, uma vez que os profissionais com mais anos nas CPCJ's revelam resultados mais elevados do que os seus colegas mais novos na comissão. No que toca às causas da violência conjugal, os indivíduos salientam o consumo de álcool/drogas, os antecedentes de violência familiar e a aceitação social da violência como principais factores de risco.

Recentemente, Aguiar (2010), numa investigação semelhante com uma amostra da população geral, obteve resultados igualmente pouco legitimadores, embora tenha encontrado uma maior legitimação da violência conjugal por parte da sub-amostra da Madeira face à de Portugal Continental. Neste estudo salienta-se ainda a influência das variáveis sexo, profissão e escolaridade dos sujeitos do sexo masculino, que apresentam valores mais legitimadores da violência conjugal. Como factores de risco os sujeitos apontaram os antecedentes nas famílias de origem, a doença mental do agressor e o consumo de substâncias. Por sua vez, os factores de manutenção colocam o foco na vítima, enfatizando a responsabilidade que esta tem no término da violência. Relativamente aos factores de resolução é destacada a importância da protecção da vítima e dos filhos.

Mano (2010), no seu estudo sobre representações sociais da violência conjugal com vítimas (acolhidas em casas abrigo e atendidas por instituições de apoio à vítima), constatou que, de uma forma geral, as vítimas não legitimam a violência conjugal, ainda que situações menos estereotipadas pareçam não desencadear uma resposta nitidamente reprovadora. A violência comum de casal é mais banalizada, por ventura porque a relação entre vítima e agressor não é tão assimétrica. No que concerne às causas mais apontadas como despoletadoras da violência conjugal destacam-se o comportamento e vivências do agressor, bem como a fragilidade emocional da vítima. A ausência de denúncia, a falta de conhecimentos sobre os

direitos das vítimas e as respostas possíveis constituem os factores de manutenção que as vítimas mais destacaram. No que toca aos factores de resolução, os mais referidos foram a protecção da vítima e dos seus filhos, a sensibilização/educação dos jovens na escola e a estimulação da denúncia, oscilando entre uma resposta dirigida ao agressor e às gerações mais novas. A continuação do estudo das representações sociais parece, pois, poder contribuir para a compreensão do fenómeno de violência conjugal, a partir da investigação dos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos (e.g, vítimas, agressores, profissionais, sociedade em geral) às relações interpessoais e ao acto violento, permitindo, igualmente, compreender como os modelos de pensamento guiam e constroem as práticas numa determinada sociedade.

II - Objectivos

Como foi referido, as representações sociais de legitimação da violência parecem estar estreitamente articuladas com o entendimento que os intervenientes da violência – vítimas e agressores – constroem acerca destas experiências. Em relação a estes últimos, grupo-alvo do presente estudo, entende-se que o facto de terem representações sociais legitimadoras da violência pode contribuir para desvalorizarem a necessidade de modificar a sua conduta abusiva (Machado, Matos & Moreira, 2003, cit.por Matos, 2006). No estudo de Machado e cols. (2005, cit. por Matos, 2006) verificou-se uma maior tolerância dos agressores em relação à violência, provavelmente por sustentarem crenças de auto-desculpabilização, atribuição externa da culpa e minimização do dano causado à vítima.

Neste sentido, e tendo em conta que existem poucas investigações centradas na forma como os agressores encaram este fenómeno, o presente estudo tem como objectivo geral avaliar as representações sociais dos agressores de violência conjugal, ou seja, analisar o modo como estes legitimam, mais ou menos, a violência na relação conjugal. Pretende, também, aceder à forma como representam as causas e factores de manutenção da violência bem como os aspectos que consideram poder estar mais associados à resolução da violência.

Nesta investigação pretende-se ainda analisar em que medida algumas variáveis sócio-demográficas (idade, nível de escolaridade, estado civil, tipo

de violência exercida, (in)existência de suspensão provisória do processo, (in)existência de pena) podem influenciar as suas representações.

III - Metodologia

3.1. Amostra

A amostra, de conveniência, foi recolhida entre Janeiro e Julho de 2010, num estabelecimento prisional da região centro e em três unidades de consulta de avaliação e acompanhamento de agressores, nas zonas norte e centro do País. No total foram distribuídos 30 protocolos, tendo sido devolvidos 20, um dos quais foi anulado por estar indevidamente preenchido. A amostra é, então, composta por 19 agressores, do sexo masculino.

Pretendia-se, inicialmente, diferenciar entre agressores em regime de suspensão provisória do processo e em cumprimento de pena suspensa. Contudo, dadas as dificuldades de recolha da amostra surgiu a necessidade de a alargar a agressores condenados a pena de prisão, não sendo possível diferenciá-la em subgrupos pelo que se analisará apenas a amostra em termos globais.

A média de idades dos participantes é de 42.78 anos (DP=13.117; mínimo 24 anos e máximo 68 anos).

No que concerne às habilitações literárias a amostra distribui-se quase equitativamente pelos três níveis iniciais de escolaridade: escola primária completa (6; 31.6%), 2ºciclo (6; 31.6%), 3ºciclo (5; 26.3%); apenas dois participantes têm um nível superior de estudos, 1 com curso superior (5.3%) e 1 com o ensino secundário (5.3%).

Tendo em conta que 7 dos participantes (36.9%) são reclusos, não poderá considerar-se a variável profissão para esses elementos. Contudo, alguns deles têm uma actividade ocupacional dentro do Estabelecimento Prisional: 2 (10.5%) trabalham na secção da construção civil; 1 (5.3%) na de lavandaria; 1 (5.3%) na de cozinha; 1 na de serralharia (5.3%) e 2 (10.5%) não têm qualquer actividade ocupacional. A restante amostra (12; 63.2%) encontra-se distribuída por várias profissões: 2 (10.5%) são funcionários públicos; 2 (10.5%) estão desempregados e os restantes são carpinteiro, comerciante, enfermeiro, industrial, motorista, operário fabril e reformado (1 elemento em cada condição; 5.3%).

Relativamente à variável estado civil, os participantes são,

maioritariamente, casados ou vivem em união de facto (12; 63.2%). Dos restantes, 4 são divorciados ou separados (21.1%) e 3 (15.8%) são solteiros.

No que se refere à composição do agregado familiar, mais concretamente à questão “*Quem vive em casa consigo?*” constata-se que, exceptuando os 7 participantes reclusos, 6 sujeitos (31.6%) vivem com a esposa e filhos, 4 (21.1%) vivem apenas com a esposa, 1 (5.3%) vive com o pai, a mãe e irmã e somente 1 (5.3%) vive sozinho.

A generalidade dos participantes referiu que o tipo de violência mais perpetrada é a física (10; 52.6%), seguindo-se a combinação entre violência física e psicológica (4; 21.1%), a violência psicológica (3; 15.8%) e a conjugação entre a violência física, psicológica e sexual (1; 5.3%). Este foi um item que alguns participantes se mostraram reticentes em responder, pois alguns não reconhecem que são efectivamente agressores. É importante sublinhar, no que diz respeito aos reclusos, que se constatou uma discrepância entre a informação prestada pelos mesmos e aquela que se encontra nos processos, resultado da omissão que fazem da perpetração da violência física. Poder-se-á colocar a hipótese de que procuraram diminuir a gravidade da violência por si exercida, pois a violência física continua a ser considerada mais grave.

Relativamente à duração da violência, a informação de que se dispõe é muito escassa dado que muitos participantes não a reportaram. Poder-se-á levantar a hipótese de esta ser uma informação difícil de dar ou de não ter havido uma compreensão clara daquilo que se pretendia neste tópico. Como tal não se incluirá esta variável no tratamento dos dados.

Em relação ao item “*Está a ter algum tipo de acompanhamento?*” constata-se que 5 participantes (26.3%) referiram não ter qualquer acompanhamento. Dos que responderam ter acompanhamento, 3 (15.8%) mencionaram a Direcção Geral de Reinserção Social, 4 (21.1%) afirmaram ter apoio psicológico/psiquiátrico no âmbito de outras patologias, 1 (5.3%) indicou estar a ser acompanhado, conjuntamente, pelas duas modalidades antes referidas; 3 declararam ter acompanhamento em consulta de tratamento a drogas (15.8%), 1 (5.3%) mencionou ter consultas de tratamento ao álcool, em conjugação com um apoio psicológico/psiquiátrico no âmbito de outras patologias e acompanhamento pela Direcção Geral de Reinserção Social, 2 (10.5%) referiram estar a ser acompanhados noutros

locais, tendo apenas 1 especificado o local. Os participantes distribuem-se de forma idêntica pelo tipo de terapia, sendo que 6 (31.6%) indicam terapia individual e 6 (31.6%) assinalam terapia de grupo. Dos restantes, 5 (26.3%) não usufruí de qualquer terapia e 2 (10.6%) participam em ambas as modalidades de intervenção.

Dos participantes que referiram ter acompanhamento, 8 (42.1%) indicaram ter sido os próprios a tomar a iniciativa da procura de acompanhamento, 3 (15.8%) mencionaram ter sido o sistema judicial a encaminhá-los para tratamento, 1 (5.3%) indicou que a iniciativa partiu do próprio e do sistema judicial e 1 (5.3%) assinalou ainda que foi a psicóloga a pessoa a tomar a iniciativa de indicar o acompanhamento.

Relativamente ao regime legal em que se encontram os participantes constatou-se que a amostra, na sua quase totalidade (14; 73.7%), mencionou não ter havido Suspensão Provisória do Processo (SPP), contra apenas 5 sujeitos (26.3%), que afirmaram ter havido SPP. Dos que referiram não ter havido SPP, metade foram julgados e condenados a pena de prisão (7; 36.8%) e a outra metade ainda não foi julgada (7; 36.8%).

3.2. Instrumentos

Neste estudo foram administrados três questionários, de auto-resposta, para avaliar as representações sociais sobre violência conjugal junto de agressores, precedidos de um questionário sócio-demográfico de caracterização da amostra. Os questionários foram aplicados pela ordem pela qual são descritos.

3.2.1 Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC - HIS)

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC - HIS) (Alarcão & Alberto, 2007) (Anexo 1) é constituído por três histórias fictícias de violência conjugal. Cada história é seguida por dez afirmações, sendo solicitado aos respondentes que, com base numa escala *Likert* (1=Discordo completamente a 4=Concordo completamente), indiquem o seu grau de concordância com cada uma das afirmações.

A construção das histórias baseou-se em pressupostos teóricos, presentes na literatura, sobre as diferentes concepções relativas à dinâmica da violência conjugal, suas causas e consequências, bem como na

experiência clínica das autoras. Com as diferentes histórias visa-se identificar as representações dos sujeitos quanto à legitimação ou banalização deste fenómeno.

No estudo realizado por Aguilar (2010), com uma amostra da população geral, obteve-se um coeficiente *alpha de Cronbach* de .947, o que evidencia uma consistência interna elevada. Mano (2010), com uma amostra de vítimas de violência conjugal, obteve um valor de *alpha de Cronbach* de .936.

No presente estudo o *alpha de Cronbach* obtido ($\alpha=.868$) mostra uma consistência interna boa (tabela 2.1, anexo 2). O valor médio de respostas ao questionário é de 61.69 (DP=10.48) (tabela 2.1.2, anexo 2). Verificou-se que existem três itens (5, 22 e 23) que apresentam uma correlação muito baixa com o total do questionário, tendo dois deles valores negativos. Contudo optou-se por não retirá-los uma vez que constituem itens importantes para avaliar as representações sociais dos agressores, pelo que, a retirada dos mesmos, ainda que contribuísse para aumentar a consistência interna do questionário, seria mais prejudicial à análise dos resultados do que a sua manutenção (tabela 2.1.1, anexo 2). Complementarmente, o reduzido número de participantes leva a considerar a necessidade de um alargamento da amostra antes mesmo de proceder à eliminação de itens.

Analisando separadamente as três histórias verifica-se que na “história 2” a consistência interna é boa ($\alpha=.854$) e nas histórias 1 ($\alpha=.658$) e 3 ($\alpha=.711$) o valor de *alpha* é razoável. O valor médio de respostas a cada uma das três histórias é: história 1 – 19.06 (DP=3.89); história 2 – 21.22 (DP=5.17); história 3 – 20.06 (DP= 4.29).

3.2.2. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) foi construída por Machado, Matos e Gonçalves, em 2000, para avaliar a legitimação da violência conjugal. Os itens são cotados de 1 a 5, através de uma escala *Likert* (1=Discordo totalmente a 5=Concordo totalmente). No referido estudo obteve-se um valor de *alpha de Cronbach* de .93.

Em 2004, a ECVC foi administrada a uma amostra representativa de famílias da região norte, tendo sido replicada a estrutura factorial anteriormente identificada, ainda que com algumas alterações. Assim a

escala integra quatro grandes factores: *legitimação e banalização da pequena violência* (16 itens); *legitimação da violência pela conduta da mulher* (10 itens); *legitimação da violência pela atribuição a causas externas* (8 itens); *legitimação da violência pela privacidade da família* (6 itens) (Machado, C., Matos, M. & Gonçalves, M. M., 2004).

No presente estudo o valor de *alpha* de *Cronbach* obtido ($\alpha=.945$) evidencia uma elevada consistência interna, com uma média de respostas de 53.59 (DP= 17.547) (tabela 2.2.2, anexo 2). A maioria dos itens regista uma correlação acima dos .30 com o total da escala, exceptuando o item 6 que apresenta um valor inferior àquele (tabela 2.2.1, anexo 2). Contudo a retirada deste item não introduziria um aumento significativo no valor de *alpha* de *Cronbach*, pelo que se manteve o mesmo na escala.

Tendo em conta que o QRVC-HIS e a ECVC visam avaliar as representações em torno da violência conjugal procedeu-se ao cálculo da correlação de *Spearman* para estimar a correlação entre os dois instrumentos. Verificou-se uma correlação estatisticamente significativa e elevada ($r(19) = .842$; $p < .01$) entre os dois instrumentos (Tabela 2.3, anexo 2).

3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC - CMR)

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão & Alberto, 2007) é constituído por três grupos de afirmações referentes a factores que podem explicar a emergência da violência no casal, a sua manutenção, bem como a factores que podem contribuir para o seu desaparecimento/resolução. Cada conjunto de itens é constituído por catorze afirmações sendo que os respondentes têm que assinalar o seu grau de concordância mediante uma escala *Likert* de 4 pontos (1=Discordo totalmente a 4=Concordo totalmente). As afirmações, em cada conjunto de itens, estão relacionadas com o agressor, com a vítima e com o meio circundante (filhos, família e sociedade em geral).

No que se refere às qualidades psicométricas deste instrumento, o estudo de Aguilar (2010) obteve, para as três dimensões, uma boa consistência interna: para as causas obteve um *alpha* de *Cronbach* de .878; para os factores de manutenção, uma consistência interna boa ($\alpha = .830$); para

os factores de resolução, um coeficiente *alpha* de *Cronbach* de .840. Também no estudo realizado por Mano (2010) se registou uma consistência interna boa nas três dimensões (respectivamente, .879, .833, .818).

Neste estudo os coeficientes *alpha* de *Cronbach* obtidos foram elevados, evidenciando, portanto, uma consistência interna elevada nas três dimensões (tabelas 2.4, 2.5 e 2.6, anexo 2). Com efeito, para a dimensão causas obteve-se um valor $\alpha = .906$ (M= 34.75; DP= 7.243); para a dimensão manutenção registou-se um valor de *alpha* de *Cronbach* de .935 (M=34.77; DP= 8.447); para a dimensão resolução obteve-se um coeficiente *alpha* de .864 (M= 40.67; DP= 6.422). Constatou-se que o item 2 apresenta uma correlação total inferior a .30 (.163); contudo, a sua retirada não produziria uma subida substancial no valor de *alpha* de *Cronbach* pelo que se optou por mantê-lo (tabela 2.4.1, anexo 2). Nas restantes dimensões (manutenção e resolução) as correlações são todas superiores a .30, razão pela qual se mantiveram todos os itens, além de que a eliminação de qualquer item não iria aumentar significativamente a consistência interna deste conjunto de itens.

3.3. Procedimentos

Apresentado o estudo, foi solicitada autorização para que a investigadora, ou um técnico da instituição, pudesse contactar com os agressores no sentido de lhes apresentar a investigação, solicitar a sua colaboração e, face ao seu consentimento informado, solicitar o preenchimento do protocolo de investigação. A investigadora aplicou o protocolo apenas no estabelecimento prisional.

Relativamente ao tratamento dos dados, e com o intuito de verificar o pressuposto da normalidade da distribuição da amostra, recorreu-se aos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk*. Tendo em conta que a amostra tem um $n < 50$, os resultados serão analisados de acordo com os valores de *Shapiro-Wilk*. Os resultados obtidos para o QRVC_HIS mostram que existe uma distribuição normal, pois os níveis de significância são superiores a .05 (tabela 3.1, anexo 3). Ao observar-se o coeficiente de assimetria (*Skewness*) verifica-se que para os itens das três histórias existe simetria pois os valores estão no intervalo]-0.5; 0.5[; ao analisar-se o coeficiente de achatamento (*Kurtosis*) evidencia-se que tal não acontece para

os itens da história 1 e 2 pois os valores encontrados não estão nesse mesmo intervalo (Maroco, 2007) (tabela 3.7, anexo 3). No que se refere ao pressuposto da homogeneidade de *Levene* constatou-se que para as três histórias e para a história total este princípio é cumprido, ou seja, existe uma distribuição homogénea (tabela 3.4, anexo 3).

Na ECVC a distribuição da amostra está de acordo com o pressuposto da normalidade (tabela 3.2, anexo 3). O coeficiente de assimetria reforça a ideia geral de simetria dos dados, ao contrário do coeficiente de achatamento onde tal não se verifica (tabela 3.7, anexo 3). Relativamente à homogeneidade das variâncias verifica-se que o princípio da homogeneidade não é violado (tabela 3.5, anexo 3).

Para o QVC_CMV verificou-se que existe uma distribuição normal nos itens do QVC_CMV2 e do QVC_CMV3. Tal não acontece nos itens do QVC_CMV1 onde o pressuposto da normalidade é violado ($S-W(12) = 0.744$; $p = .02$) (tabela 3.3, anexo 3). Os dados de assimetria e achatamento evidenciam a assimetria dos dados (tabela 3.8, anexo 3). Ao avaliar a homogeneidade das variâncias constatou-se que os itens do QVC_CMV1 violam o princípio da homogeneidade ($F = 3.778$; $p = .049$); nas dimensões manutenção e resolução verificou-se que este princípio não é violado, visto apresentarem valores com uma significância superior a .05 (tabela 3.6, anexo 3).

Tendo em conta os objectivos delineados proceder-se-á a uma análise descritiva dos dados recolhidos e à utilização do teste não-paramétrico de *Kruskal-Wallis* e do coeficiente de correlação de *Spearman* visto que, ainda que se tenham verificado, na sua maioria, os pressupostos de normalidade da distribuição e da homogeneidade da variância, a amostra em estudo é muito reduzida ($n < 30$).

A análise estatística dos dados foi realizada recorrendo ao *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 17.0) e o nível de significância utilizado foi o de $p < 0.05$.

IV - Resultados

4.1 Representações sociais em torno da violência conjugal

A análise das repostas ao QRVC-HIS Total evidencia uma tendência no sentido da discordância moderada, sendo a média das repostas indicadora de que os participantes se posicionaram, preferencialmente, no 2 “discordo”

(Tabela 1). A “história 1” foi aquela onde se registou uma média de respostas inferior, denotando uma menor legitimação da violência conjugal na referida situação.

De uma forma mais detalhada pode observar-se, na “história 1”, que a média de respostas é superior nos itens 4 “*Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria*” (M=2.00; DP=.767), 6 “*Se o Arménio anda mais nervoso por causa do trabalho, é provável que descarregue a sua tensão sobre a Manuela*” (M=2.05; DP=.848) e 8 “*A Manuela e o Arménio são adultos responsáveis e devem resolver os problemas da violência “entre portas”, sem trazer a público estas questões privadas*” (M=2.00; DP=1.00). Por seu turno, os itens menos assinalados são o 1 “*Com os estudos que tem, o Arménio é incapaz de maltratar realmente a sua mulher*” (M=1.61; DP=.850), o 5 “*A Manuela deve guardar para si as dificuldades que tem com o marido para bem da família e, particularmente, dos filhos*” (M=1.84; DP=.688), o 7 “*O Arménio tem alguma razão em ficar zangado e em agredir a Manuela porque ela o impede de chegar a horas às reuniões*” (M=1.47; DP=.612) e 10 “*É compreensível que o Arménio se passe, porque gerir o trabalho, os filhos e uma mulher que se atrasa é difícil*” (M=1.84; DP=.765).

Na “história 2” os itens onde se registaram valores médios superiores foram os itens 18 “*Provavelmente a Luísa é mais agressiva com o António por causa de estar tão cansada com todo o trabalho que tem*” (M=2.47; DP=.841) e 20 “*O António é capaz de merecer alguns ralhos da mulher porque parece levar uma vida descansadinha e despreocupada*” (M=2.26; DP=.872). Pelo contrário, a média de respostas foi inferior nos itens 14 “*O comportamento da Luísa é compreensível pois, como diz o próprio marido, ela teve sempre uma vida muito difícil*” (M=1.89; DP=.676), 15 “*Como pessoa do campo e com pouca escolaridade, é bem provável que a Luísa resolva as coisas pela força e não pela conversa*” (M=2.00; DP=.745) e 16 “*A Luísa tem razão em zangar-se com o marido, pois trabalha bastante e ele não a ajuda nada; antes pelo contrário, dá-lhe mais trabalho*” (M=1.83; DP=.707)). Salienta-se que a “história 2” é aquela onde se registam valores médios mais elevados, o que significa que nesta história os participantes legitimam mais a violência conjugal.

Por último, na “história 3” constatou-se que os participantes registaram

valores médios superiores nas respostas aos itens 22 “*O problema é a bebida; o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho*” (M=2.63; DP=.955) e 23 “*A Deolinda devia esforçar-se por saber o que o Esteves quer para o jantar, para evitar que o marido se chateie*” (M=2.21; DP=.918). Os itens com valores médios inferiores dizem respeito ao 25 “*Não admira que o Esteves bata na mulher porque é um operário com pouca instrução e sensibilidade para a questão da violência*” (M=1.79; DP=.855) e ao 28 “*A Deolinda não devia andar a “publicitar” estas discussões que tem com o marido pois isso só diz respeito ao casal*” (M=1.79; DP=.713).

A média das respostas ao ECVC indica que, em termos gerais, os participantes são pouco legitimadores da violência conjugal pois, para uma pontuação que pode variar entre 25 e 125, a média de resposta foi de 53.58 (Tabela 1).

Uma análise mais detalhada permite perceber que os três itens onde a média de respostas foi superior foram: 1 “*O problema dos maus-tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população*” (M=2.89; DP=1.487), 3 “*Os maus-tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro)*” (M=2.74; DP=1.098) e 9 “*Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas*” (M=3.11; DP=1.286), sendo que, nestes itens, o número de participantes que discordou (respostas 1 ou 2) é idêntico ao número de participantes que concordou (respostas 4 ou 5). Pelo contrário, os itens menos pontuados são: 2 “*Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico*” (M=1.79; DP=.918), 13 “*Algumas mulheres merecem que lhes batam*” (M=1.72; DP=.826), 14 “*Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais*” (M=1.79; DP=.787) e 16 “*Dar uma bofetada à(ao) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade*” (M=1.74; DP=.806), sendo que, nestes itens, a grande maioria dos sujeitos centra as suas respostas entre 1 “*discordo completamente*” e 2 “*discordo*”.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas do QRVC-HIS e da ECVC Total

| | N | Média |
|--------------|----|---------|
| QRVC_HIS1tot | 16 | 19,0625 |
| QRVC_HIS2tot | 18 | 21,2222 |
| QRVC_HIS3tot | 18 | 20,0556 |
| QRVC_HISTot | 16 | 61,6875 |
| ECVC_Total | 17 | 53,5882 |

4.2 Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

Relativamente às causas da violência conjugal as mais apontadas pelos sujeitos são “doença mental do agressor” (M=2.79), “consumos de álcool ou drogas por parte do agressor” (M=2.76) e “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima” (M=2.63). As causas menos prováveis, do ponto de vista dos participantes, serão “problemas/dificuldades criadas pelos filhos” (M=2.11), “aceitação social da violência” (M=2.16), “baixa auto-estima do agressor” (M=2.16), “doença mental da vítima” (M=2.16) e “isolamento social do casal/família” (M=2.16) (Tabela 2).

Tabela 2 – Resultados médios para o QVC_CMV: dimensão Causas

| | N | Média |
|-----------|----|-------|
| QVC_CMV1 | 17 | 2,76 |
| QVC_CMV2 | 18 | 2,28 |
| QVC_CMV3 | 19 | 2,26 |
| QVC_CMV4 | 19 | 2,16 |
| QVC_CMV5 | 19 | 2,16 |
| QVC_CMV6 | 19 | 2,26 |
| QVC_CMV7 | 19 | 2,26 |
| QVC_CMV8 | 19 | 2,42 |
| QVC_CMV9 | 18 | 2,11 |
| QVC_CMV10 | 19 | 2,37 |
| QVC_CMV11 | 19 | 2,63 |
| QVC_CMV12 | 19 | 2,79 |
| QVC_CMV13 | 19 | 2,16 |
| QVC_CMV14 | 19 | 2,32 |

Os factores de manutenção mais assinalados são “ausência de denúncia da violência conjugal” (M=2.81), “falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda” (M=2.67), “desconhecimento da vítima em relação aos seus direitos” (M=2.63) e “promessas de mudança por parte do agressor” (M=2.63). Por outro lado, as razões menos apontadas para a manutenção da violência são “ameaça de suicídio por parte do agressor” (M=2.00), “isolamento social da vítima e/ou da família” (M=2.05) e “existência de filhos” (M=2.11) (tabela 3).

Tabela 3 - Resultados médios para o QVC_CMV: dimensão Manutenção

| | N | Média |
|-----------|----|-------|
| QVC_CMV15 | 16 | 2,81 |
| QVC_CMV16 | 19 | 2,58 |
| QVC_CMV17 | 19 | 2,32 |
| QVC_CMV18 | 18 | 2,11 |
| QVC_CMV19 | 19 | 2,05 |
| QVC_CMV20 | 18 | 2,67 |
| QVC_CMV21 | 17 | 2,35 |
| QVC_CMV22 | 19 | 2,53 |
| QVC_CMV23 | 19 | 2,63 |
| QVC_CMV24 | 19 | 2,00 |
| QVC_CMV25 | 19 | 2,37 |
| QVC_CMV26 | 19 | 2,32 |
| QVC_CMV27 | 19 | 2,63 |
| QVC_CMV28 | 19 | 2,42 |

Os factores de resolução da violência conjugal mais assinalados pelos participantes foram “sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal” (M=3.42), “a vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos” (M=3.32), “tratar o agressor” (M=3.26) e “tratar o casal” (M=3.26). Por sua vez, os factores que registaram valores médios inferiores foram “afastar o agressor” (M=2.53), “condenar mais agressores” (M=2.32) e “estimular a separação/divórcio do casal” (M=2.32) (Tabela 4).

Tabela 4 – Resultados médios para o QVC_CMV: dimensão Resolução

| | N | Média |
|-----------|----|-------|
| QVC_CMV29 | 15 | 2,53 |
| QVC_CMV30 | 19 | 2,32 |
| QVC_CMV31 | 19 | 2,84 |
| QVC_CMV32 | 19 | 2,32 |
| QVC_CMV33 | 19 | 2,89 |
| QVC_CMV34 | 19 | 2,84 |
| QVC_CMV35 | 19 | 3,26 |
| QVC_CMV36 | 19 | 3,26 |
| QVC_CMV37 | 19 | 3,21 |
| QVC_CMV38 | 19 | 3,11 |
| QVC_CMV39 | 19 | 3,00 |
| QVC_CMV40 | 19 | 3,21 |
| QVC_CMV41 | 19 | 3,32 |
| QVC_CMV42 | 19 | 3,42 |

4.3 Variáveis sócio-demográficas e representações sociais em torno da violência conjugal

Em termos gerais não foram encontradas diferenças significativas entre as variáveis sócio-demográficas analisadas e as repostas dos participantes no QRVC-HIS, na ECVC e no QVC-CMV (tabelas 4.1 a 4.17, anexo 4).

Procurando explorar qualitativamente os resultados obtidos, e no que concerne à variável “Está a ter algum tipo de acompanhamento”, observa-se que a média de respostas dos participantes sem acompanhamento é superior à dos que têm acompanhamento nomeadamente no âmbito de apoio psicológico derivado de outras patologias ou decorrente do apoio prestado pela DGRS (tabelas 4.18, 4.18.1, 4.19 e 1.19.1, anexo 4).

V - Discussão

Sendo esta uma amostra de conveniência, com um número de sujeitos muito limitado, torna-se necessário ter um cuidado acrescido não só na discussão dos resultados mas também na reflexão sobre as suas implicações. Tal facto limita, em parte, a informação que se pretendia reunir sobre as representações sociais de agressores sobre a violência conjugal. O reduzido número de participantes limitou, igualmente, a possibilidade de estudo das qualidades psicométricas dos instrumentos usados ainda que, em termos

gerais, os mesmos tenham evidenciado uma boa consistência interna. No QRVC-HIS, há três itens que revelam uma correlação muito baixa, ou mesmo negativa, com a escala total mas seria relevante poder alargar a amostra antes de proceder a qualquer tipo de reformulação do instrumento.

Ao analisar os resultados obtidos no **QRVC-HIS Total** e na **ECVC** constata-se que, de uma forma geral, os participantes apresentam valores que evidenciam uma discordância moderada, sendo que as suas respostas se situam, maioritariamente, no 2 “discordo”. Ao comparar-se as médias do QRCV-HIS Total e da ECVC com estudos anteriores (Aguilar, 2010; Mano, 2010) verifica-se que a presente amostra apresenta um valor mais elevado, sugerindo uma maior legitimação da violência conjugal por parte dos agressores.

A “história 2” é aquela onde se alcançaram valores superiores, em contra ponto com a “história 1” onde a média de respostas obtida foi a mais baixa das três histórias. Estes resultados vão de encontro aos obtidos em estudos anteriores (Aguilar, 2010; Mano, 2010). O facto de na “história 2” o agressor ser um elemento do sexo feminino e idoso poderá justificar a presença de valores mais legitimadores da violência. Carlson e Worden (2005, cit. por Correia, 2008) verificaram uma tendência para uma diminuição da percepção de comportamentos violentos quando o agressor é uma mulher. Emery (2010) afirma que a violência perpetrada pela mulher é menos publicitada do que a perpetrada pelo homem, tornando-se assim este num fenómeno com menos visibilidade e podendo daí emergir uma tendência para banalizá-lo. Kantor e Jakinsi (1998, cit. por Aguilar, 2010), referiram que o risco de violência conjugal é menor com o avançar da idade, o que poderá ter levado os participantes a pontuar menos os comportamentos referidos como tradutores de violência conjugal.

A “história 1” foi aquela onde os resultados médios se revelaram inferiores, mostrando uma menor legitimação da violência conjugal por parte dos participantes. Esta é uma história que retrata a existência de violência conjugal no seio de uma família com um nível sócio-económico elevado, onde ambos os membros do casal são dotados de formação académica. Embora seja ainda frequente a associação da violência conjugal a famílias de baixo nível socioeconómico, actualmente parece não haver dúvidas de que este é um fenómeno que atinge todas as classes sociais (Saffioti & Almeida,

1995, cit. por Cunha, 2008), embora as famílias de classe social mais elevada tendam a manter o sigilo em torno da situação de violência que vivem, pois as normas que vigoram no seu meio social não lhes permitem expor a vida íntima do casal, sem perda do *status* (Cunha, 2008). O facto de esta história retratar uma situação mais frequentemente apresentada como exemplo de violência conjugal, no quadro de uma violência assimétrica e perpetrada pelo cônjuge masculino, coincidente com a representação que o modelo feminista faz da violência conjugal e mais próxima da violência castigo (Perrone & Nanini, 1997) ou do terrorismo íntimo (Johnson, 2006), pode ter facilitado a explicitação de uma maior rejeição da legitimação dos comportamentos violentos. Poder-se-ia pensar que o mesmo aconteceria na história 3, embora, neste caso, a média de respostas seja um pouco mais elevada. É, no entanto, relevante considerar que enquanto na história 1 são apresentados poucos elementos que possam explicar o comportamento do “agressor”, na história 3 é referido o consumo de álcool como um factor precipitante do comportamento violento. Apesar de darem, genericamente, respostas não legitimadoras da violência conjugal na história 1, o item 4 (*Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria casa*) foi um dos mais pontuados pelos participantes, sendo que 5 em 18 respondeu favoravelmente ao item. Não sendo a maioria a concordar com o item não deixa de ser interessante constatar que alguns dos sujeitos consideram que o comportamento extra-familiar pode ser tomado como indicador do comportamento do suposto agressor em casa. Este tipo de resposta pode ser entendido como defesa, sobretudo se alguns dos agressores se tiverem sentido mais retratados nesta história, mas o mais importante a reter parece ser a importância de desconstruir a ideia que a referida asserção encerra. Na “história 3”, e tendo em conta que o item mais pontuado nesta história diz respeito aos consumos de álcool do agressor (*O problema é a bebida; o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho*), parece haver uma clara tendência para desculpar a violência quando há um atenuante como o álcool, justificando-a mediante a presença de um factor externo ao próprio agressor e à relação.

No que se refere à ECVC os resultados vão no mesmo sentido: indicaram que os participantes, de uma forma geral, são pouco legitimadores

da violência conjugal, verificando-se, contudo, que os valores médios obtidos são superiores quando comparados com estudos anteriores (Aguilar, 2010; Camelo, 2009; Correia, 2008; Machado, Matos & Gonçalves, 2004; Machado, 2005; Mano, 2010). Tal parece significar que os agressores legitimam mais a violência conjugal quando comparados com outras populações, banalizando com mais frequência os comportamentos associados à violência conjugal (Machado et al., 2003).

Sendo a presente amostra constituída por agressores conjugais, e considerando que os resultados são indicadores de uma tendência desfavorável à legitimação da violência, parece haver uma contradição entre aquilo que são as representações sociais dos agressores e os seus comportamentos. Porque será que as suas representações sociais não são congruentes com a forma como agem com as suas parceiras? Poder-se-á colocar a hipótese de que, num contexto cultural marcado por acelerada mudança, muitos agressores tenham sido expostos a mensagens legitimadoras e a comportamentos violentos e estejam hoje confrontados com um forte discurso social e judicial de reprovação, o que poderá levá-los a viver uma situação de dissonância que é, aliás, ainda um pouco social. Com efeito, os mitos e discursos legitimadores da violência continuam a subsistir na nossa cultura, coexistindo com outros que a reprovam e penalizam (Machado, 2005). Tal ambiguidade poderá levar os agressores conjugais a adoptar posições contraditórias, tais como “bater é mau mas às vezes é preciso” (Straus, 2000, cit. por Machado, 2005.). No plano cognitivo, os participantes deste estudo parecem ter claro a ilegitimidade do comportamento violento, nomeadamente físico, no contexto da relação conjugal. Com efeito, os itens 16 (*Dar uma bofetada à(ao) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade*), 13 (*Algumas mulheres merecem que lhes batam*) e 14 (*Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais*) foram dos menos pontuados. No entanto, o item 9 (*Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas*) constitui aquele onde o número de sujeitos que respondeu positivamente foi superior àquele que respondeu desfavoravelmente, o que aponta para a complexidade decorrente da interacção entre aspectos emocionais e cognitivos e para a importância da desejabilidade social na resposta a

questionários deste tipo. Um exemplo do que acaba de ser dito parece ser dado pela incongruência de respostas dada ao item 2 da “história 3” e ao item 6 da ECVC, respeitantes à relação entre álcool e violência: enquanto na “história 3” o item 2 foi o mais pontuado pelos participantes, o item 6, na ECVC, não é um dos itens mais pontuados. Este resultado poder-se-á dever ao facto de a história explicitar não só o contexto relacional em que ocorre o comportamento violento como o carácter bondoso e terno do agressor, nomeadamente na percepção da vítima, enquanto na ECVC é apenas explicitada a dimensão causal do álcool na emergência da violência.

No **QVC-CMR**, as **causas** que obtiveram níveis mais elevados de concordância entre os participantes dizem respeito à “doença mental do agressor”, aos “consumos de álcool ou drogas por parte do agressor” e aos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima”. Os participantes parecem fazer uma leitura de cariz intra-individual da violência, colocando a tónica em si próprios ou em aspectos que os afectam directamente, à semelhança, aliás, dos resultados encontrados por outros investigadores que utilizaram o mesmo protocolo de investigação (Aguilar 2010; Camelo, 2009; Correia, 2009; Mano 2010). É no entanto necessário referir que quer as vítimas quer a população geral obtiveram níveis mais elevados de concordância nas causas referidas, levando a pensar que atribuem, de forma ainda mais notória, as causas da violência conjugal às características do agressor.

A violência como reflexo de factores intra-individuais tem sido uma das mais difundidas na sociedade, procurando perceber os comportamentos do agressor a partir das suas características individuais (Matos, 2006). Esta perspectiva integra a ideia de que o agressor poderá ser portador de problemas do foro psicológico (e.g., depressão, esquizofrenia, PTSD), dificuldades na empatia, na comunicação e no auto-controlo, elevado *stress* e ansiedade, fracas competências sociais e reduzida auto-estima (Doerner & Lab, 1995, cit. por Matos, 2006). A presença de um estilo de personalidade agressivo, aliado às dificuldades em lidar com a raiva, é também apontada por alguns autores como justificação para os comportamentos violentos perpetrados pelos agressores. A explicação reside na ausência de estratégias pessoais que permitam ao agressor orientar as suas emoções de forma mais aceitável, o que leva o agressor a transpor a raiva sentida face a assuntos

com os quais não consegue lidar directamente (e.g., frustrações, *stress* no trabalho) para a companheira que agride (Buzawa & Buzawa, 1996, cit. por Matos, 2006). Contudo, existem estudos que indicaram que somente 10% dos incidentes abusivos são atribuíveis à doença mental, sendo que a maioria dos agressores não se encaixa em nenhuma categoria actual de desordem mental (Walker, 1994, cit. por Matos, 2002). Aquilo que efectivamente parece acontecer é que à medida que o nível da violência física aumenta, maior é a probabilidade de esta estar associada a um tipo de personalidade ou perturbação psicopatológica (Matos, 2006). É interessante constatar que a “doença mental do agressor” tenha sido a causa mais assinalada pelos participantes, o que poderá ter que ver com o facto de, na sua maioria, estarem a ser acompanhados terapeuticamente, ainda que essa possa ser também uma forma de desculpabilização face ao seu próprio comportamento. Neste sentido, e partindo do princípio de que reconhecem a sua condição de agressores, é importante que a intervenção técnica se constitua como um espaço de metacomunicação sobre as suas vivências, sobre as suas emoções e respostas comportamentais, bem como de experimentação de novos comportamentos. É interessante verificar que uma das causas menos apontadas pelos participantes diz respeito à “doença mental da vítima”, constituindo este um resultado algo surpreendente se se pensar esta poderia ser uma forma de os agressores justificarem o seu comportamento violento, culpando a vítima. O facto de vários dos participantes terem acompanhamento psicológico poderá, no entanto, ter facilitado aquele enquadramento, sendo que ele é também hoje frequentemente expresso nos meios de comunicação social.

No que se refere “ao consumo de álcool ou drogas por parte do agressor”, segunda causa mais apontada pelos participantes, destaca-se que não existem dados definitivos que demonstrem essa causalidade. Contudo, de acordo com Doerner e Lab (1995, cit. por Matos, 2002) existem estudos que sugerem que mais de metade dos agressores bebem em demasia, do mesmo modo 60% das mulheres vítimas revelam que os agressores bebem em excesso e, frequentemente, estavam intoxicados pelo menos durante um dos incidentes relatados. Segundo Alexander (1993) o consumo de álcool ou drogas é uma das causas mais apontadas pelos próprios protagonistas da dinâmica violenta. Habitualmente as mulheres vítimas referem que o marido

só bateu porque estava sob o efeito do álcool e o marido diz que não sabia o que estava a fazer. Nesta perspectiva, o álcool permite ao agressor um alívio da sua responsabilidade e confere uma justificação à vítima para permanecer na relação abusiva, na esperança de que o marido deixe de beber e, conseqüentemente, de bater (*idem*). Embora a literatura refira que o grupo dos agressores bebe mais do que o dos não-agressores e que o álcool está associado à maioria dos incidentes de maus-tratos, um número elevado de agressores fá-lo também quando está sóbrio ou após a ingestão moderada de álcool (Matos, 2002). Deste modo, o alcoolismo e a violência familiar/conjugal devem ser equacionados como problemas independentes que, habitualmente, tendem a coexistir. O álcool parece ser mais um sintoma dos homens com tendência para usar a violência do que uma causa directa dos maus-tratos (Matos, 2002). Substâncias como a cocaína, o *crack*, as anfetaminas e a heroína são as drogas mais associadas à violência, registando-se um aumento da violência quando o agressor está sob o seu efeito. Porém, mais uma vez, não pode estabelecer-se uma relação linear entre o consumo de substâncias ilícitas e a prática de violência, pois os maus-tratos estão também presentes quando esses químicos não são usados (Matos, 2002). Johnson (2001, cit. por Matos 2006) alerta para o perigo de se reduzir a violência ao alcoolismo, afirmando que os programas de intervenção dirigidos a agressores com problemas de álcool que se centrem exclusivamente na redução ou eliminação do seu consumo, não actuando a outros níveis (e.g, crenças sobre o poder masculino), não serão bem sucedidos na interrupção da violência. Seria assim importante saber se os participantes que referiram estar a frequentar consultas de álcool ou drogas estão a ter um acompanhamento paralelo no âmbito da problemática da violência, bem como detalhar melhor as implicações que este tipo de representação tem na forma como encaram (a mudança do) o seu comportamento.

A terceira causa que reuniu maior concordância entre os participantes refere-se aos “antecedentes de violência na família de origem do agressor e /ou da vítima”. Este é um resultado concordante com a literatura que postula que a experiência de vitimação, directa ou indirecta, na infância favorece a sua perpetuação (Dias, 2004; Matos, 2002). Alguns estudos defendem mesmo uma relação directa entre crescer num lar violento e tornar-se um

adulto violento, seja como vítima seja como agressor (Browne & Herbert, 1997). Todavia, é necessária alguma precaução na forma como se encara esta associação, pois nem sempre um *background* violento pré-determina um adulto violento, se existirem outros factores de mediação, nomeadamente ambientais (Dias, 2004; Matos, 2002). Neste estudo, por não ter sido questionado este aspecto, não é possível perceber se existiu ou não história de violência na família de origem, ainda que a experiência clínica com esta população, no quadro das instituições em que a amostra foi recolhida, aponte nesse sentido.

A baixa auto-estima do agressor foi uma causa que reuniu pouca concordância, ao contrário do que se verificou com profissionais da CPCJ (Camelo, 2009) que a consideraram como uma das principais causas da violência conjugal. Efectivamente a literatura tem considerado a baixa auto-estima do agressor como um enorme factor de risco, sustentada pelas teorias intra-individuais que focam a atenção nas características pessoais do agressor. Porém, Hotaling e Sugarman (1986, cit. por Camelo, 2009) concluíram que não constitui um factor de risco consistente, restando ainda muitas dúvidas quanto à sua relação causal com a violência.

Entre as causas que os participantes consideraram menos prováveis estão também aspectos de índole social e familiar, o que, à partida, não seria expectável na medida em que habitualmente os agressores sustentam crenças de auto-desculpabilização pela atribuição externa da culpa (Machado et al., 2005, cit. por Matos, 2006). É interessante, como já foi sublinhado que, apesar da focalização feita na pessoa do agressor, as causas apontadas não deixam de constituir uma forma de desculpabilização pois doença mental, álcool/drogas e antecedentes familiares de violência são aspectos relativamente aos quais o sujeito pode ter muito pouco, ou nenhum, controlo. Os aspectos sociais e familiares que obtiveram menos concordância por parte dos participantes dizem respeito as formulações que derivam já de uma compreensão técnica (isolamento social do casal/família; problemas criados pelos filhos; aceitação social da violência) o que pode justificar os resultados encontrados.

Relativamente aos **factores de manutenção**, os que reuniram maior concordância referem-se à “ausência de denúncia da violência conjugal”, à “falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda”, ao

“desconhecimento da vítima em relação aos seus direitos” e às “promessas de mudança por parte do agressor”. O foco é colocado na vítima, por um lado, reconhecendo a sua fragilidade e a sua falta de conhecimentos sobre os meios mais eficazes de sair da relação violenta, e no agressor, por outro, admitindo a imutabilidade do seu comportamento, apesar das promessas em contrário, e a necessidade de denúncia de tais comportamentos. Estes resultados são concordantes com aqueles obtidos por Mano (2010), com vítimas, à excepção do factor “promessas de mudança por parte do agressor”. Já na investigação de Aguilar (2010) este foi um dos factores que reuniu maior concordância na sub-amostra de Portugal Continental, destacando-se também o factor “ausência de denúncia da violência conjugal”, considerado pela população geral como um dos factores de manutenção mais importantes. De acordo com Gelles (1976) e Bowker (1993) (cit. por Dias, 2004), a manutenção da relação abusiva resulta também de certos constrangimentos externos que limitam a capacidade da mulher em procurar ajuda externa e tomar uma decisão definitiva. No entanto a representação destes factores de manutenção por parte dos agressores não deixa de ser algo surpreendente. É possível que o facto de muitos dos participantes estarem a ser acompanhados no âmbito da problemática da violência conjugal os exponha a uma série de informações e conhecimentos nomeadamente no que se refere às razões que levam as vítimas a permanecer na relação abusiva. Também pode hipotetizar-se que os participantes estejam conscientes do medo (e.g., as tardias retaliações) que as suas parceiras têm caso as mesmas apresentem queixa nas entidades competentes e, nesse sentido, eles poderão reconhecer que esse é efectivamente um dos grandes motivos pelo qual a violência conjugal se mantém ainda que não a refiram de forma directa.

As promessas de mudança por parte do agressor é um dado consonante com a literatura que considera ser este um dos factores que contribuiu para a manutenção da violência entre o casal. Barnett e La Violette (1993, cit. por Dias, 2004) referem que a mulher aprende a suportar a violência, designando este processo de *learned hopefulness*, que consiste na persistência da esperança de que o cônjuge mudará o seu comportamento violento ou a sua personalidade. Neste sentido, Pagelow (1984, cit. por Dias, 2004) observou, num estudo com mulheres maltratadas, que 47% continuava ao lado dos

agressores porque alimentava a esperança de que eles mudariam. Estas sublinhavam sobretudo as qualidades dos parceiros agressores tentando minimizar as situações de violência. Walker (1989, cit. por Browne & Herbert, 1997) sublinha também esta ideia quando faz referência ao ciclo da violência, mais concretamente, à *fase da reconciliação* ou de “lua-de-mel”, onde o agressor mostra o seu arrependimento, pede desculpa e promete que não voltará a acontecer; o próprio agressor chega a acreditar que nunca mais irá ser violento. Mais uma vez é interessante verificar que os participantes tenham consciência de que fazem promessas de mudança de comportamentos, talvez porque muitos deles se sentem de facto arrependidos por maltratarem as suas parceiras e têm o desejo de alterar essa situação (talvez por isso oito dos participantes referiu ter sido o próprio a ter a iniciativa de procurar acompanhamento). Por outro lado, poderá pensar-se ainda que os participantes, ao estarem a frequentar uma terapia, individual ou em grupo, estarão mais elucidados sobre os vários aspectos da dinâmica violenta, nomeadamente sobre o ciclo de violência, podendo ser levados a reflectir sobre as promessas de mudança que fizeram às suas parceiras e que não cumpriram.

Os factores de manutenção que tiveram maior discordância foram a “ameaça de suicídio por parte do agressor”, o “isolamento social da vítima e/ou da família” e a “existência de filhos”. A existência de filhos foi um factor que também obteve uma menor concordância nas amostras de vítimas e da população geral (Aguilar, 2010; Mano, 2010). Este é um dado que não está de acordo com a literatura, nem com alguns dos discursos das vítimas, pois a existência de filhos é frequentemente apresentado como um entrave para a vítima abandonar a relação. Poderá hipotetizar-se que a triangulação que os filhos frequentemente assumem na relação conjugal violenta é clara para os técnicos mas não é, naturalmente, percebida pelos actores de tal interacção. Por outro lado, a aceitação de tal explicação pode constituir uma dificuldade para os agressores pois torna explícitas as implicações que este comportamento tem nos filhos, aspecto que, por certo, não querem admitir. Ao analisar-se os itens do QRVC-HIS e da ECVC referentes à manutenção da relação pela existência de filhos constata-se que os sujeitos, em termos globais, tendem a discordar, ou seja, não legitimam a violência em favor da coesão familiar. “O isolamento social da vítima e/ou da família”, um dos

factores de manutenção que gerou menos concordância entre os participantes, foi também um dos menos apontados pelos profissionais da CPCJ (Camelo, 2009), sendo este um aspecto dissonante da literatura. O isolamento social das vítimas é uma das estratégias do agressor geralmente mais pontada pela investigação como limitadora do poder e das respostas das vítimas (Coohey, 2007, cit. por Camelo, 2009). As vítimas referem, com frequência, o isolamento a que são votadas pelos agressores, que as impedem de contactar com familiares e amigos; todavia, no presente estudo, este foi um aspecto subestimado pelos participantes. Tal facto pode dever-se à falta de consciência dos agressores sobre o isolamento a que expõem as vítimas bem como sobre o conjunto de limitações que lhes inculcam no seu dia-a-dia. Como tal, não reconhecem que essa constitui uma estratégia por si usada como forma de manter o controlo e poder sob a vítima. Interessante é também constatar que, no estudo conduzido por Mano (2010), as vítimas também não pontuam este como um dos factores de manutenção da violência conjugal. A “ameaça de suicídio por parte do agressor” reuniu uma fraca concordância entre os participantes que não consideram, assim, que este seja um factor importante na manutenção da violência. Este foi também um factor pouco pontuado nos estudos conduzidos por Correia (2008), Camelo (2009) e Aguilar (2010) e poderá ser explicado pela percepção de que os comportamentos (para)suicidários estão mais associados a vivências depressivas, por ventura mais próprias da vítima do que do agressor, facto que é aliás corroborado pelas informações veiculadas pelos meios de comunicação social.

Finalmente, os **factores de resolução** que reúnem maior concordância referem-se a: “sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal”, “a vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos”, “tratar o agressor” e “tratar o casal”. O resultado relativo à sensibilização/educação dos jovens é consonante com os obtidos por Aguilar (2010) e Mano (2010). Verifica-se, assim, que parece haver uma concordância generalizada para considerar o fenómeno da violência conjugal como um acontecimento social que merece ser publicitado cada vez mais, nomeadamente junto dos jovens que também experienciam relacionamentos amorosos abusivos, constituindo a adolescência um contexto privilegiado para a aprendizagem dos papéis a

desempenhar nas relações conjugais futuras (Flynn, 1987, White & Koss, 1991, cit. por Caridade, 2008). Informar e alertar as camadas mais jovens para o fenómeno da violência nas relações de intimidade parece de facto ser uma medida importante a adoptar, tendo em conta que a violência no namoro começa cada vez mais cedo, nomeadamente no ensino secundário (Machado, Caridade & Martins, 2010, cit. por Aguilar, 2010). O factor referente ao apoio por parte de familiares e amigos à vítima poderá estar relacionado com o factor de manutenção, “falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda”, reflectindo a ideia de que ao ter o suporte de pessoas da rede primária a vítima poderá ter mais facilidade em pôr fim à relação violenta. Destaca-se, aliás, que o alargamento da rede social é considerado não só como uma estratégia que ajuda ao *empowerment* das vítimas mas também como um a forma de controlo indirecto do próprio comportamento violento (Camelo, 2009). O tratamento do agressor e do casal constituíram dois factores que reuniram maior concordância entre os participantes. Tratar o agressor foi um factor também apontado por advogados e magistrados (Correia, 2008), provavelmente porque estes profissionais consideram importante que haja uma intervenção mais no sentido do tratamento, do que da punição, uma vez que a implementação de medidas punitivas não altera, por si só, a situação. De acordo com Abrunhosa (2007), é fundamental que os agressores cessem de imediato os comportamentos abusivos sobre a vítima, quer através da separação do casal quer através da apresentação de queixa às entidades competentes. O medo de ser preso ou a revogação da medida suspensiva em que o agressor foi colocado são meios eficazes para o dissuadir a prosseguir com os seus comportamentos abusivos, promovendo-se a protecção da vítima, embora a Suspensão Provisória do Processo (SPP) seja ainda uma medida pouco aplicada ou aplicada de forma pouco consistente (Dias, 2009). Gelles (1997, cit. por Rosa, A. G., Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F., Coelho, E. B. S., 2008) realça que para tratar da violência conjugal é necessário que se adopte uma abordagem empática, o que não significa endossar ou minimizar a responsabilidade do agressor, mas significa, sim, compreender o acto violento como resultado de elementos associados à condição do agressor. É fundamental identificar as áreas a intervir (e.g., controlo da agressividade, controlo dos sentimentos de raiva e hostilidade) e consciencializar-se o

agressor das consequências do problema para si e para terceiros (e.g., impacto nos filhos, impacto no seu funcionamento profissional), ensaiando-se estratégias de aprendizagem para o treino de resolução de problemas, a aquisição de competências de comunicacionais e sociais e as vantagens do uso do pensamento alternativo (*idem, ibidem*). Surgindo a resposta “tratar o agressor” como forma de resolver a violência, poderá pensar-se que, ao admitirem a utilidade do tratamento do agressor, poderão estar a reconhecer a sua conduta violenta como desadequada, alertando assim para a necessidade de se intervir para potenciar a mudança desses comportamentos. Neste sentido a ideia de que os participantes parecem estar abertos a uma alteração comportamental constitui um dos aspectos fundamentais para o sucesso da intervenção terapêutica. No caso da conjugação entre a perpetração de violência e o consumo/abuso de substâncias torna-se importante que, além da intervenção direccionada para a problemática da violência, se proceda a um tratamento de desintoxicação (Abrunhosa, 2007). Dois dos cinco participantes que se encontram em regime de SPP referiram que a iniciativa da procura de acompanhamento foi sua, o que, de algum modo, é paradoxal pois a frequência do tratamento decorre de uma injunção judicial. Este facto pode revelar a sua dificuldade em assumir, face aos outros, a injunção externa e, em última análise o próprio comportamento violento, mas pode também pensar-se que, neste momento, estes agressores já assumiram pessoalmente a necessidade de ajuda e, por isso, assumem o pedido como seu. No entanto, este trabalho não permite tirar uma conclusão a este nível, mas poderia ser uma questão importante a explorar.

É interessante registar que os participantes deste estudo focam o tratamento do casal como um factor de resolução importante, como se tivessem alguma compreensão da dimensão relacional da violência ou, pelo menos, como se tivessem a ideia de que não basta mudar um mas tem que alterar-se a relação. Esta é uma ideia defendida por Perrone e Nannini (1997) ao afirmarem que os dois elementos do casal são co-participantes na violência. Os agressores, ao realçarem o tratamento conjunto do casal, poderão também querer significar que precisam que a sociedade, e as próprias vítimas, lhes dêem uma oportunidade para mudarem. Talvez se a sociedade adoptasse uma visão mais interaccional da violência, onde vítima e agressor fizessem parte de uma mesma dinâmica, fosse mais fácil para os

agressores se reconhecerem enquanto tal.

Os factores de resolução com menor concordância estão relacionados com a punição do agressor (“afastar o agressor” e “condenar mais agressores”) e com a finalização da relação conjugal (“estimular a separação/divórcio do casal”) e parecem estar inter-relacionados com os referidos anteriormente. Atendendo aos factores que reuniram maior concordância (“tratar o agressor” e “tratar o casal”), seria de esperar que os participantes não fossem a favor do afastamento e da condenação dos agressores nem da separação do casal.

Do cruzamento entre as variáveis sócio-demográficas e as respostas aos instrumentos não se evidenciaram diferenças estatisticamente significativas, não permitindo perceber em que medida determinadas variáveis podem influenciar ou não as respostas dos sujeitos. Este facto poderá dever-se à dimensão bastante reduzida da amostra.

VI – Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras

O presente estudo apresenta diversas limitações, tal como já foi sendo referido. Apontou-se o número reduzido de participantes como uma limitação não só à representatividade dos resultados, mas, igualmente, a uma maior exploração das qualidades psicométricas dos instrumentos e à análise das diferenças entre as respostas dos sujeitos, nomeadamente ao estudo da condição agressores em SPP e condenados com pena suspensa.

A constituição da amostra foi, indubitavelmente, uma dificuldade, quer pelas peculiaridades que a caracterizam e que a tornam de difícil acesso, pois actualmente ainda são poucos os locais onde se acompanham agressores conjugais, quer pelas implicações inerentes à própria passagem do protocolo de investigação, mencionado por alguns técnicos como longo e com uma linguagem pouco adequada à população em estudo. Neste sentido importa referir que a maioria dos protocolos foram passados pelos técnicos das instituições, tendo estes revelado que alguns dos participantes sentiram dificuldade na compreensão de vários itens. Deste modo poderia ser útil proceder à alteração na forma como alguns itens estão descritos evitando-se assim possíveis distorções na compreensão do seu conteúdo. Antes, porém, poderia ser relevante proceder a uma aplicação deste protocolo, seguida de reflexão falada, junto de um grupo diferenciado de agressores, no sentido de

melhor identificar as suas dificuldades de compreensão bem como de aspectos considerados menos adequados ou omissos.

A inclusão de outras questões no questionário sócio-demográfico, tais como, o(s) desencadeante(s) da violência, a frequência dos comportamentos violentos, a percepção do grau de gravidade desses comportamentos, poderia ser interessante para explorar-se a forma como os agressores avaliam os seus comportamentos e a própria dinâmica violenta. Porém não foi feita essa opção para não alongar mais o tempo de aplicação do protocolo. Por conseguinte a possibilidade de complementar a recolha quantitativa com uma recolha de cariz mais qualitativo, mediante a realização de entrevistas aos agressores, com vista a contrapor os dados reunidos estatisticamente com as informações prestadas pelos próprios seria bastante enriquecedor, sobretudo para perceber as maiores discrepâncias e similitudes entre as suas representações e os seus comportamentos. A maior limitação à concretização deste objectivo está na disponibilidade dos sujeitos para participarem e das instituições para colaborarem com investigações que não fazem parte das suas rotinas ou interesses próprios.

A desejabilidade social poderá ter influenciado as respostas dos sujeitos uma vez que, ao serem, eles próprios, perpetradores de violência, estão cientes do estigma social que a prática deste tipo de condutas comporta. Por isso, a interpretação dos resultados obriga a uma precaução acrescida.

A oportunidade de alargar o presente estudo a uma amostra mais ampla, de forma a poder constituir-se grupos distintos (e.g., agressores condenados e não condenados; agressores condenados presos e condenados com pena suspensa; agressores em tratamento e sem tratamento), seria interessante no sentido de perceber de que forma diferentes condições podem associar-se, ou não, a diferentes representações. Seria também interessante perceber se existem especificidades representacionais entre os agressores que estão a viver com as suas companheiras e os que não estão.

Finalmente, o alargamento desta investigação a agressores masculinos e femininos, bem como a relações conjugais hetero e homossexuais seria interessante no sentido de melhor compreender eventuais diferenças de género. Embora de difícil operacionalização, seria importante poder controlar o tipo de interacção violenta pois, como referem Jonhson (2005) e Perroni & Nanini (1997), é diferente ser-se agressor no quadro de uma

relação simétrica ou assimétrica embora não se saiba se os actores de tais relações têm, ou não, representações diferentes no que toca ao grau de legitimação da violência.

VII - Conclusões

Considerada um “assunto criminal, ético, político, sistémico, económico, de escolhas, de saúde, de segurança e de socialização” (NCADV, Berry, 2000, p.11, cit. por Machado et al., 2009, p.740) a violência conjugal caracteriza-se por ser um fenómeno multifacetado que exige uma intervenção multidimensional e interdisciplinar. Como tal, várias são as teorias que procuram explicá-la. Durante muito tempo a investigação centrou-se na mulher como vítima, embora a violência conjugal se reporte a uma dinâmica que atribui o papel central aos seus intervenientes mais directos: a vítima e o agressor. Esta ideia vai de encontro aos pressupostos sistémicos que têm do comportamento humano uma visão circular. Ambos, agressor e vítima, contribuem para o problema, como ambos contribuem para a sua resolução, uma vez que o comportamento de um influencia o comportamento do outro.

Ao existir hoje uma consciência alargada sobre a necessidade de denunciar as situações de violência conjugal e de apoiar as vítimas de violência, torna-se prioritária a necessidade de compreender as características psicossociais dos agressores e as suas representações sociais sobre a violência conjugal como forma não só de proteger as vítimas, e de prevenir futuras vitimações, mas também de favorecer-se a mudança nos agressores com vista a adopção de um comportamento relacional não violento.

De uma forma geral, o presente estudo evidencia que os agressores apresentam valores de discordância moderada relativamente à violência conjugal, sendo importante sublinhar que estes resultados não são suficientes e representativos para tirar conclusões generalizadas. Quando a violência é perpetrada por um elemento do sexo feminino, com idade avançada, o seu comportamento parece ser mais legitimado do que quando o agressor é um homem. Neste caso, o consumo de álcool e a afirmação de que é boa pessoa, se preocupa com a mulher e filhos e pede desculpa, parecem ser aspectos que contribuem para uma menor penalização do comportamento violento.

Relativamente às causas da violência conjugal, os agressores deste estudo apontam como mais relevantes a doença mental do agressor, o consumo de substâncias por parte deste e os antecedentes nas respectivas famílias de origem. Estes resultados são consonantes com a literatura e revelam uma leitura centrada nas características pessoais do agressor.

Os factores de manutenção colocam o foco na figura da vítima, sublinhando o seu desconhecimento face aos seus direitos e formas de pedir ajuda, e do agressor, pela existência de um comportamento de arrependimento e pedido de desculpas. A ausência de denúncia é também valorizada como se a existência de um controlo externo pudesse constituir-se como um factor de apoio à contenção do agressor pelo controlo que inevitavelmente envolve. Mais uma vez parece estar presente uma leitura de cariz intra-individual, ainda que comece a abrir-se a uma dimensão mas relacional, sobretudo quando o foco é colocado na figura do agressor.

Os factores de resolução que obtiveram maior concordância apontam para uma perspectiva relacional (“tratar o casal”), intra-individual (“tratar o agressor”) e sócio-cultural (“a vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos” e “sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal”). A importância de tratar o agressor e o casal, sublinhada pelos participantes, evidencia a necessidade de se intervir cada vez mais junto dos agressores e do próprio casal. Atendendo a que muitas vítimas, apesar da situação de violência, desejam permanecer com o parceiro abusivo, torna-se fundamental incrementar uma intervenção terapêutica que auxilie o casal a adoptar estratégias e competências que lhe permitam (con)viver sem pôr em perigo a integridade física e mental da vítima. Destaca-se, assim, a percepção de que a agressão exige mais do que a punição prevista na lei, ou seja, é importante que ocorra a implementação de políticas públicas que incluam o agressor e que essa acção possa minimizar a violência praticada contra a mulher. Considera-se que a solução da agressão envolve aspectos complexos que vão além da penalização, uma vez que ela afecta não só o indivíduo e as vítimas directas, mas também a família e a sociedade como um todo.

Por conseguinte é essencial que haja um envolvimento da sociedade no combate a uma cultura da violência que ainda está muito enraizada. A formação de técnicos especializados nesta área, para responder às

necessidades não só das vítimas mas também dos agressores, e para desenvolver acções de sensibilização que visem transformar mitos e estereótipos criados em torno da violência conjugal, constitui uma aposta importante em ordem à diminuição da legitimação da violência conjugal e da sua ocorrência. A este respeito, Magalhães (2005) refere que é indispensável que a sociedade trabalhe no sentido de mudar as práticas e políticas que encorajam a violência.

Admitindo que o presente estudo não permite tirar conclusões generalizadas, pelas razões apontadas anteriormente, e reconhecendo que a interpretação dos resultados obtidos tem que ser feita com muita precaução, importa enfatizar que esta investigação permitiu levantar questões que merecem ser desenvolvidas em estudos posteriores.

Referências Bibliográficas

- Aguilar, R. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do QRVC-HIS e do QVC-CMR com uma amostra da população geral*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (2ª ed., pp.289-316). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alexander, R. (1993). Wife battering: An australian perspective. *Journal of Family Violence*, 8 (3), 229-245.
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In. C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 1- Adultos, pp 43-77). Coimbra: Quarteto: Editora.
- APAV (2010). *Estatísticas APAV 2009*. Consultado Fevereiro, 20, 2010, http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas_apav_2009sumula.pdf.
- Azambuja, M. P. R. (2004). *Violência de género e os discursos circulantes nos cuidados de saúde primários*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Bidarra, M. G. A (1986). Estudo das representações sociais: Considerações teórico-conceituais e metodológicas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 20, 369-381.
- Browne, K., & Herbert, M. (1997). *Preventing family violence*. Nova Iorque: Wiley and Sons.
- Cabecinhas, R. (2004). *Representações sociais, relações intergrupais e cognição social*. Consultado Janeiro, 10, 2010, em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1311/rcabecinhas_Paideia_2004.pdf
- Camacho, F. (Director) (2007). *Em torno do Gabinete de Estudo e Atendimento das Vítimas*. Jornal de Notícias, “Notícias Sábado”. Consultado 10, Fevereiro, 2010 em http://sigarra.up.pt/fpceup/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=593
- Camelo, A. I. M (2009). *Representações sociais em torno da violência conjugal: Estudo exploratório com uma amostra de profissionais da CPCJ*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Caridade, S. (2008). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos*

- e atitudes dos jovens*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais da violência conjugal. *Análise Social*, XXXVII (163), 603-630.
- Correia, A. T. (2008). *Crenças em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Cunha, T. R. A. (2008). Violência conjugal: Os ricos também batem. *Letras e Artes*, 16, 167-176.
- Dias, A. R. C., & Machado, C. (2008). Género e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4 (26), 571-586.
- Dias, I. (2002). O espaço doméstico como lugar de violência entre géneros, *Sociologia*, 12, 103-106.
- Dias, I. (2004). Violência contra as mulheres e os idosos. *Psychologica*, 36, 33-61.
- Dias, M.S. (2009). *A suspensão provisória do processo em casos de violência conjugal: Estudo exploratório*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Duarte, V. M. (2002). Violência conjugal: O pacto de silêncio. Uma reflexão sociológica sobre o impacto da legislação penal portuguesa no crime de violência conjugal, *Cadernos do Noroeste*, 18, 229-244.
- Emery, C. (2010). Examining an extension of Johnson's hypothesis: Is male perpetrated intimate partner violence more underreported than female violence? *Journal of family violence* 25 (2), 173-181.
- Gonçalves, R. A., Machado, C., Sani, A. I., Matos, M., Neves, A. S., Gonçalves, L., & Silva, M. M. (2002). Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça (I.E.P., U.M.). In R. A. Gonçalves, & C. Machado (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. 1: Adultos (pp 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, R. A. (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, 4 (25), 571-583.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representation theory. *The British Journal of Social Psychology*, 45, 65-86.

- Johnson, M. (2005). Domestic violence: It's not about gender – or is it? *Journal of Marriage and Family*, 67 (5), 1126-1130.
- Johnson, M. (2006). Conflict and control: Gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, 12 (7), 95-104.
- Johnson, M., & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and Family*, 62, 948-963.
- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas. Um estudo representativo da região Norte. *Psychologica*, 40, 173-194.
- Machado, C., & Matos, M. (2007). Intervenção narrativa com um grupo de mulheres maltratadas. Da desconstrução da posição da vítima à reconstrução de identidades preferenciais. In M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves (Coords.). *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança* (pp 209-234). Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2004). Práticas educativas parentais e violência: Um estudo na região Norte. *Actas do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas – Reflexividade e ação*. Universidade do Minho. Consultado, 24, Agosto, 2010, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ce2013904_1.pdf.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. M. (2004). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECVC). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado & M. M.M Gonçalves (Coords.). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa – Volume II* (2ª ed., pp. 135-147). Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Machado, M., et al. (2009). Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal: Estudos com profissionais de saúde, polícias e professores. *Acta Médica Portuguesa*, 22, 735-742.
- Magalhães, M. (2005). *A violência nas relações de intimidade: Um contributo para a definição de alguns conceitos*. Consultado, Julho, 27, 2010, em <http://umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/ViolenciaConceitosMJ M2005.pdf>

- Manita, C (2002). GEAV – Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas (C.C.C.D., F.P.C.E.U.P). In R. A. Gonçalves & Machado, C. (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. 1: Adultos (pp. 81-130). Quarteto: Editora.
- Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal*. (Coleção Estudos de Género, 2). Lisboa: Comissão para a Igualdade e para o Direito das Mulheres.
- Mano, P. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de mulheres vítimas*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In Carla Machado & R. Abrunhosa Gonçalves, (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. 1: Adultos (pp. 81-130). Quarteto: Editora.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações na intimidade. Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Meichenbaum, D. (s/d). *Family Violence: Treatment of perpetrators and victims*. Consultado Fevereiro, 8, 2010, em http://www.melissainstitute.org/documents/Treating_perpetrators.pdf
- Melo, M. I. (2009). *A representação social do abuso sobre idosos*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Padovani, R. C., & Williams, L. C. A. (2002). Intervenção Psicoterapêutica com agressor conjugal: Um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 7 (2), 13-17.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4 (2), 165-184.
- Perrone, R., & Nannini, M. (1997). *Violência y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires: Paidós.
- Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 8, 16, 250-273.
- Queiroz, F., M. (2004). *Não se rima amor e dor: Representações sociais sobre violência conjugal*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

- Rosa, A. G., Boing, A. F.; Büchele, F., Oliveira, W. F., Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da óptica do homem autor da violência. *Saúde soc.* [online], vol.17, n.3 pp. 152-160, consultado 24 Agosto 2010 em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300015&script=sci_arttext.
- Teixeira, M. C. T. V., Domingues, C., Prado, G. A., Maeda M., Fioravanti, R. M., Braitte, R., & Paves, T. (2006). Espelho, espelho meu: existe alguém mais jovem do que eu? *Psychologica*, 42, 231-250.
- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (7ª ed., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portugueses e africanos*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

TEMA DA DISSERTAÇÃO

Representações sociais em torno da violência conjugal: estudo exploratório junto de agressores

MESTRANDA: Joana Filipa Simões Figueiredo

ORIENTADORA: Professora Doutora Madalena Alarcão

Enquadramento e objectivos

A violência conjugal (VC) é hoje considerada um problema de saúde pública. Apesar disso, são muitos os casos em que a vítima sofre em silêncio, escondendo as agressões do resto da família e da comunidade. A forma como agressores representam a VC não é, de certo, estranha ao comportamento que adoptam em situações de maltrato pelo que o estudo destas representações se assume como uma área de investigação de claro interesse. A possibilidade de compreender o que agressores definem como causas, factores de manutenção e de resolução da VC, o conhecimento do seu grau de maior ou menor legitimação da VC e a análise das relações que podem estabelecer-se entre estas diferentes variáveis constituem os objectivos fundamentais desta investigação. Complementarmente, procura prosseguir-se o estudo dos instrumentos cujas propriedades psicométricas começaram já a ser estudadas junto de outras populações (e.g., técnicos APAV, CPCJ, magistrados, auditores, estudantes).

AMOSTRA

Agressores (do sexo masculino) de violência conjugal em situação de suspensão provisória do processo ou a cumprir pena.

INSTRUMENTOS

1. Questionário para caracterização da amostra
2. QVC-HIS: constituído por três histórias fictícias, embora empiricamente fundamentadas. Cada história é seguida por um conjunto de afirmações, sendo solicitado ao participante que, com base numa escala de *Likert*, indique o seu grau de concordância com cada uma delas de forma a avaliar o seu grau de legitimação da VC.
3. ECAS: avalia crenças e atitudes relativamente à violência doméstica. Através de uma escala *Likert* é pedido aos participantes que indiquem o seu grau de acordo com cada uma das afirmações de forma a avaliar o seu grau de legitimação da violência conjugal.
4. QVC-CMR: composto por três grupos de afirmações relativas aos

factores que contribuem para a génese da VC, para a sua manutenção e para a sua resolução. Também por intermédio de uma escala Likert de 4 pontos é pedido ao participante que indique o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações.

PROCEDIMENTOS

Será pedido aos participantes que façam o auto-preenchimento dos instrumentos. Em situações de maior dificuldade o investigador lerá cada um dos questionários e anotarás as respostas. É garantida a total confidencialidade dos dados e a não identificação dos participantes

CONSENTIMENTO

Eu, _____
_____, declaro ter sido informado(a) sobre a natureza e procedimentos da presente investigação, bem como sobre as garantias de anonimato e confidencialidade. Assim, aceito responder ao protocolo que me foi apresentado.

Coimbra, ____ de _____, de 2010

(Assinatura)

Nome: _____

Morada:

Rua _____

Código postal: _____ - _____

E-mail (caso tenha): _____

Questionário Sócio demográfico

1. Idade _____
2. Estado Civil

| | |
|-----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Solteiro | <input type="checkbox"/> Casado/União de facto |
| <input type="checkbox"/> Viúvo | <input type="checkbox"/> Divorciado/Separado |
3. Escolaridade

| | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Escola Primária Completa | <input type="checkbox"/> Secundário |
| <input type="checkbox"/> Escola Primária Incompleta | <input type="checkbox"/> Curso Superior (Licenciatura) |
| <input type="checkbox"/> 2ºCiclo (5º/6ºano) | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> 3ºCiclo (9ºano) | <input type="checkbox"/> Doutoramento |
4. Profissão actual _____
5. Composição do Agregado Familiar
 Quem vive em casa consigo? _____
 No caso de ter filhos indique a idade dos mesmos. _____
6. Tipo de Violência exercida?

| | | | |
|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Física | <input type="checkbox"/> Sexual | <input type="checkbox"/> Psicológica | <input type="checkbox"/> Subtracção de bens económicos |
|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|--|
- 6.1 Há quanto tempo começaram as agressões? Meses _____ Anos _____
7. Está a ter algum tipo de acompanhamento?

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> Consultas de tratamento ao álcool |
| <input type="checkbox"/> Consultas de tratamento a drogas |
| <input type="checkbox"/> Apoio psicológico/psiquiátrico no âmbito de outras patologias |
| <input type="checkbox"/> Acompanhamento pela Direcção Geral de Reinserção Social |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |
- 7.1 Se respondeu que está a ter acompanhamento, indique o tipo de terapia que frequenta.

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> Terapia Individual |
| <input type="checkbox"/> Terapia Conjugal/Familiar |
| <input type="checkbox"/> Terapia de Grupo |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |
8. De quem foi a iniciativa da procura de acompanhamento?

| | | | |
|----------------------------------|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Próprio | <input type="checkbox"/> Familiares/Amigos | <input type="checkbox"/> Sistema Judicial | <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |
|----------------------------------|--|---|---|
9. Houve suspensão provisória do processo?

| | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|
- 9.1 Se respondeu não, indique se já foi julgado.

| | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|
- 9.1.1 Se já foi julgado, indique a que tipo de pena foi condenado.

| | |
|---------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Prisão | <input type="checkbox"/> Pena Suspensa |
|---------------------------------|--|

QRVC-HIS

(Alarcão, M & Alberto, I., Correia, A., Camelo, A., 2007)

Este questionário integra três histórias de três casais diferentes. Em cada uma dessas histórias vai encontrar dez afirmações; pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo completamente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo completamente”. Este é um questionário de opinião, em que as suas respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial.

Item de Exemplo:

a) No Verão a grande maioria das famílias portuguesas vai de férias para o Algarve

| | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|
| Discordo Completamente 1 | Discordo 2 | Concordo 3 | Concordo Completamente 4 |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|

História 1

Arménio é um engenheiro chefe de 40 anos, casado com Manuela, enfermeira de 38 anos; tem dois filhos, o Marcos, com 15 anos, e a Sara, que tem 13 anos. A Manuela confidenciou a uma colega de trabalho que as coisas não andam bem na sua vida de casada. O Arménio é uma pessoa completamente diferente dentro e fora de casa. No trabalho, com os amigos e vizinhos, é muito simpático, sempre disponível; mas com ela é bastante rude: chama-lhe “ignorante” (achando que tudo o que ela diz está errado e que “dela só sai asneira”) ou deixa-a a falar sozinha e vai-se embora, dizendo-lhe que tem vergonha dela porque nem gosto tem para se vestir. Por vezes, quando a Manuela se atrasa no serviço, o Arménio chega a dar-lhe umas bofetadas porque o jantar não está feito a horas e ele, assim, não consegue chegar pontualmente às reuniões de trabalho.

A Manuela diz que os filhos não se apercebem de nada porque estes desentendimentos nunca acontecem à frente deles e ela faz por se mostrar alegre quando eles estão por perto.

| | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|
| Discordo Completamente 1 | Discordo 2 | Concordo 3 | Concordo Completamente 4 |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|

| | 1 | 2 | 3 | 4 |
|--|---|---|---|---|
| 1. Com os estudos que tem, o Arménio é incapaz de maltratar realmente a sua mulher | | | | |
| 2. A Manuela queixa-se que o marido a chama de ignorante e goza com a forma como se veste mas ele só pretende que ela se comporte como boa esposa e mãe de família | | | | |
| 3. Se o Arménio trata mal a Manuela, é porque ela lhe dá razões para que isso aconteça | | | | |
| 4. Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria casa | | | | |
| 5. A Manuela deve guardar para si as dificuldades que tem com o marido para bem da família e, particularmente, dos filhos | | | | |
| 6. Se o Arménio anda mais nervoso por causa do trabalho, é provável que descarregue a sua tensão sobre a Manuela | | | | |
| 7. O Arménio tem alguma razão em ficar zangado e em agredir a Manuela porque ela o impede de chegar a horas às reuniões | | | | |
| 8. A Manuela e o Arménio são adultos responsáveis e devem resolver os problemas da violência “entre portas”, sem trazer a público estas questões privadas | | | | |
| 9. Uma bofetada dada num momento de zanga/tensão, não é propriamente violência conjugal | | | | |
| 10. É compreensível que o Arménio se passe, porque gerir o trabalho, os filhos e uma mulher que se atrasa é difícil | | | | |

História 2

A Luísa é uma mulher de 60 anos mas ainda tem muitos afazeres: trabalha na agricultura, faz umas horas por semana na limpeza de casas e, à noite, ainda tem uns trabalhos de costura. Tudo isto a cansa muito e a torna muito irritável. O António tem a mesma idade e é carpinteiro: quando chega a casa o que mais quer é poder descansar de um trabalho de que gosta mas que já começa a ser pesado. Ele já conhece a mulher que tem e tenta passar despercebido; senão “sobra” para ele. A Luísa, quando fala para ele é sempre a ralhar, dizendo que “quem usa calças lá em casa é ela”, que ele “é um

inútil”, e, por vezes, o António tem de se baixar para não “apanhar com objectos voadores” que a mulher atira quando está mais exasperada. O António diz isto a sorrir, como que a desvalorizar a situação, mas sempre vai adiantando que, por vezes, não é rápido que chegue pelo já teve de ir receber tratamento médico. Desculpa a mulher, dizendo que a vida dela nunca foi fácil pois desde pequena foi sempre uma sacrificada. Acha que, apesar de tudo, ela é uma boa mulher, pois é trabalhadora e a casa está “sempre um brinco”. Claro que gostaria de ter mimo em vez de “ralhetes e pancadaria”, mas conclui “que não se pode ter tudo” e “nesta idade, já não há que esperar muito da vida”. Por outro lado, o António refere que a Luísa só se torna “uma fera” quando está cansada com tanto trabalho: a “culpa é deste trabalho todo que é preciso fazer para se ter alguma coisita”.

| | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|
| Discordo Completamente 1 | Discordo 2 | Concordo 3 | Concordo Completamente 4 |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|

| | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| 1. É um exagero considerar estas pequenas “batalhas” entre a Luísa e o António como um problema de violência conjugal | | | | |
| 2. O António faz bem em desvalorizar a violência da Luísa para não perturbar a paz familiar | | | | |
| 3. É pouco provável que a Luísa, idosa e cansada, consiga maltratar realmente o António. São rabugices próprias da idade | | | | |
| 4. O comportamento da Luísa é compreensível pois, como diz o próprio marido, ela teve sempre uma vida muito difícil | | | | |
| 5. Como pessoa do campo e com pouca escolaridade, é bem provável que a Luísa resolva as coisas pela força e não pela conversa | | | | |
| 6. A Luísa tem razão em zangar-se com o marido, pois trabalha bastante e ele não a ajuda nada; antes pelo contrário, dá-lhe mais trabalho | | | | |
| 7. O António faz bem em aguentar esta situação e em desculpar a mulher pois nesta idade é melhor fazer tudo para se manterem juntos, como casal | | | | |
| 8. Provavelmente a Luísa é mais agressiva com o António por causa de estar tão cansada com todo o trabalho que tem | | | | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 9. Estas zangas da Luísa com o António são usuais nesta idade; até podem provocar alguns acidentes, mas não pode dizer-se que seja uma violência séria | | | | |
| 10. O António é capaz de merecer alguns ralhos da mulher porque parece levar uma vida descansadinha e despreocupada | | | | |

História 3

A Deolinda tem 30 anos, é doméstica e está casada há apenas 3 anos, com o Esteves, mas não tem sido fácil manter este casamento. O Esteves tem sensivelmente a mesma idade, trabalha na construção civil e gosta de beber uns copos com os amigos, depois do trabalho, e quando chega a casa, com um bocadinho a mais de vinho, fica difícil para a Deolinda. Começa por implicar com o jantar: “se é peixe, apetecia-lhe carne, se é carne, queria peixe”! Culpa a Deolinda de fazer de propósito para o irritar, fazendo sempre o contrário do que ele pede. Quando fica mesmo descontrolado chega a bater na mulher, que se encontra grávida de 4 meses. Ela tem umas nódoas negras, “mas nunca foi preciso ir ao médico por causa das agressões”. A Deolinda continua a achar que o Esteves é uma boa pessoa, preocupado com ela e o outro filho (que tem 2 anos). É o vinho que o torna violento; “quando lhe passa a bebedeira, vem pedir desculpa, a chorar, e eu sei que é do fundo do coração”

| | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|
| Discordo Completamente 1 | Discordo 2 | Concordo 3 | Concordo Completamente 4 |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|

| | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| 1. A Deolinda deve tentar manter este casamento, até porque tem um filho pequeno e vai ter outro, que precisam do pai | | | | |
| 2. O problema é a bebida; o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho | | | | |
| 3. A Deolinda devia esforçar-se por saber o que o Esteves quer para o jantar, para evitar que o marido se chateie | | | | |
| 4. Se a Deolinda nunca precisou de receber cuidados médicos, é porque o marido não é assim tão violento como ela diz | | | | |
| 5. Não admira que o Esteves bata na mulher | | | | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| porque é um operário com pouca instrução e sensibilidade para a questão da violência | | | | |
| 6. O Esteves anda muito preocupado, agora que vem aí outro filho, e isso faz com que fique mais irritado e se descontrole de vez em quando | | | | |
| 7. É pouco provável que o Esteves bata na Deolinda enquanto ela está grávida do seu próprio filho | | | | |
| 8. A Deolinda não devia andar a “publicitar” estas discussões que tem com o marido pois isso só diz respeito ao casal | | | | |
| 9. Se a Deolinda faz sempre o contrário do que o Esteves pede, é porque gosta de o provocar e de se sujeitar a ser agredida | | | | |
| 10. A Deolinda deve estar a exagerar um bocadinho nas suas histórias sobre as desavenças que tem com o Esteves e a fazer-se de vítima | | | | |

QVC – CMR

(Alarcão, M., Alberto, I., Camelo, A., Correia, A., 2007)

A violência conjugal é um problema social sobre o qual cada um de nós, enquanto membros de uma comunidade, vai reflectindo e formulando algumas opiniões. Vai encontrar, seguidamente, um conjunto de afirmações relativas aos factores que podem explicar o aparecimento da violência e a sua manutenção, bem como de factores que podem contribuir para o seu desaparecimento. Pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo totalmente”.

| | | | |
|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|
| Discordo totalmente 1 | Discordo 2 | Concordo 3 | Concordo totalmente 4 |
|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|

1. A violência conjugal é devida a:

| | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| 1. Consumos de álcool ou drogas por parte do agressor | | | | |
| 2. Aceitação social da violência | | | | |
| 3. Luta de poder entre os membros do casal | | | | |
| 4. Baixa auto-estima do agressor | | | | |
| 5. Doença mental da vítima | | | | |
| 6. Dificuldades económicas do casal/família | | | | |
| 7. Fragilidade emocional da vítima | | | | |
| 8. Interferência de outros familiares | | | | |
| 9. Problemas/dificuldades criadas pelos filhos | | | | |
| 10. Relações extra-conjugais do agressor e/ou da vítima | | | | |
| 11. Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima | | | | |
| 12. Doença mental do agressor | | | | |
| 13. Isolamento social do casal/família | | | | |
| 14. Comportamento provocador da vítima | | | | |

| | | | |
|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|
| Discordo totalmente 1 | Discordo 2 | Concordo 3 | Concordo totalmente 4 |
|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|

| | 1 | 2 | 3 | 4 |
|--|---|---|---|---|
| 1. Ausência de denúncia da violência conjugal | | | | |
| 2. Falta de confiança na eficácia da justiça | | | | |
| 3. Valorização da união familiar | | | | |
| 4. Existência de filhos | | | | |
| 5. Isolamento social da vítima e/ou da família | | | | |
| 6. Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda | | | | |
| 7. Ambivalência da vítima face ao agressor | | | | |
| 8. Medo de retaliações por parte da vítima | | | | |
| 9. Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos | | | | |
| 10. Ameaça de suicídio por parte do agressor | | | | |
| 11. Ausência de respostas sociais para a vítima | | | | |
| 12. Ternura do agressor fora dos momentos de violência | | | | |
| 13. Promessas de mudança por parte do agressor | | | | |
| 14. Interferência de outros familiares | | | | |

3. O mais importante para pôr fim à violência é:

| | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| 1. Afastar o agressor | | | | |
| 2. Condenar mais agressores | | | | |
| 3. Estimular a denúncia das situações de violência | | | | |
| 4. Estimular a separação/ divórcio do casal | | | | |
| 5. Proteger a vítima e os filhos, se os houver | | | | |
| 6. Mudar o comportamento da vítima | | | | |
| 7. Tratar o agressor | | | | |
| 8. Tratar o casal | | | | |
| 9. Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal | | | | |

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 10. Melhorar as condições socio-económicas das famílias | | | | |
| 11. Aumentar os direitos da mulher | | | | |
| 12. Aumentar os tempos de lazer das famílias | | | | |
| 13. A vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos | | | | |
| 14. Sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal | | | | |

Anexo 2

Tabela 2.1 – Consistência interna do QVC_HIS Total

| Alpha de Cronbach | Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados | Nº de itens |
|-------------------|--|-------------|
| ,868 | ,870 | 30 |

Tabela 2.1.1 – QVC-HIS: Estatísticas item-total para a História Total

| | Média da escala se o item for retirado | R Item-Total | Alfa de Cronbach se o item for retirado |
|-----------|--|--------------|---|
| QVC_HIS1 | 60,06 | ,299 | ,867 |
| QVC_HIS2 | 59,75 | ,126 | ,871 |
| QVC_HIS3 | 59,88 | ,395 | ,864 |
| QVC_HIS4 | 59,63 | ,501 | ,861 |
| QVC_HIS5 | 59,75 | -,021 | ,873 |
| QVC_HIS6 | 59,56 | ,374 | ,864 |
| QVC_HIS7 | 60,13 | ,235 | ,867 |
| QVC_HIS8 | 59,69 | ,189 | ,870 |
| QVC_HIS9 | 59,63 | ,683 | ,856 |
| QVC_HIS10 | 59,75 | ,666 | ,857 |
| QVC_HIS11 | 59,31 | ,486 | ,861 |
| QVC_HIS12 | 59,50 | ,538 | ,861 |
| QVC_HIS13 | 59,69 | ,535 | ,860 |
| QVC_HIS14 | 59,69 | ,424 | ,863 |
| QVC_HIS15 | 59,56 | ,475 | ,862 |
| QVC_HIS16 | 59,75 | ,392 | ,864 |
| QVC_HIS17 | 59,56 | ,192 | ,869 |
| QVC_HIS18 | 59,25 | ,386 | ,864 |
| QVC_HIS19 | 59,56 | ,855 | ,853 |
| QVC_HIS20 | 59,25 | ,777 | ,853 |
| QVC_HIS21 | 59,75 | ,711 | ,855 |
| QVC_HIS22 | 58,81 | -,236 | ,880 |
| QVC_HIS23 | 59,44 | ,002 | ,874 |
| QVC_HIS24 | 59,63 | ,445 | ,862 |
| QVC_HIS25 | 60,00 | ,419 | ,863 |
| QVC_HIS26 | 59,56 | ,382 | ,864 |
| QVC_HIS27 | 59,63 | ,461 | ,862 |
| QVC_HIS28 | 59,75 | ,592 | ,859 |
| QVC_HIS29 | 59,75 | ,418 | ,864 |
| QVC_HIS30 | 59,69 | ,358 | ,865 |

Tabela 2.1.2 – QVC_HIS: Estatísticas da escala para a História Total

| Média | Desvio-padrão | Nº de itens |
|---------|---------------|-------------|
| 61,6875 | 10,47994 | 30 |

Tabela 2.2 – Consistência interna ECVC

| Alpha de Cronbach | Apha de Cronbach baseado em itens estandardizados | Nº de itens |
|-------------------|---|-------------|
| ,945 | ,950 | 25 |

Tabela 2.2.1 – Estatísticas item-total para a ECVC

| | Média da escala se o item for retirado | R Item-Total | Alpha de Cronbach se o item for retirado |
|--------|--|--------------|--|
| ECVC1 | 50,88 | ,318 | ,948 |
| ECVC2 | 52,00 | ,710 | ,943 |
| ECVC3 | 51,00 | ,494 | ,944 |
| ECVC4 | 51,06 | ,645 | ,942 |
| ECVC5 | 51,76 | ,618 | ,943 |
| ECVC6 | 51,29 | ,293 | ,947 |
| ECVC7 | 51,47 | ,818 | ,940 |
| ECVC8 | 51,12 | ,443 | ,945 |
| ECVC9 | 50,53 | ,705 | ,941 |
| ECVC10 | 51,06 | ,571 | ,943 |
| ECVC11 | 51,12 | ,759 | ,941 |
| ECVC12 | 51,76 | ,697 | ,942 |
| ECVC13 | 51,88 | ,729 | ,942 |
| ECVC14 | 51,82 | ,430 | ,944 |
| ECVC15 | 51,47 | ,615 | ,943 |
| ECVC16 | 51,82 | ,611 | ,943 |
| ECVC17 | 51,53 | ,675 | ,942 |
| ECVC18 | 51,41 | ,750 | ,941 |
| ECVC19 | 51,53 | ,763 | ,941 |
| ECVC20 | 51,65 | ,811 | ,940 |
| ECVC21 | 51,12 | ,637 | ,942 |

| | | | |
|--------|-------|------|------|
| ECVC22 | 51,65 | ,745 | ,941 |
| ECVC23 | 51,53 | ,824 | ,940 |
| ECVC24 | 51,82 | ,680 | ,942 |
| ECVC25 | 51,82 | ,677 | ,942 |

Tabela 2.2.2 – Estatísticas da escala para a ECVC

| Média | Desvio-padrão | Nº de itens |
|-------|---------------|-------------|
| 53,59 | 17,547 | 25 |

Tabela 2.3 – Correlação entre QRVC_HIS e ECVC

| | | | HIS1_ Tot | HIS2_ Tot | HIS3_ Tot | HIS _Tot | ECVC_ Tot |
|-----------------|------------------------------|------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Rho Spearman | HIS1_Total | Coeficiente de Correlação | 1,000 | ,336 | ,712** | ,774** | ,590* |
| | | Sig. (2- tailed) | . | ,203 | ,002 | ,000 | ,021 |
| | | N | 16 | 16 | 16 | 16 | 15 |
| | HIS2_Total | Coeficiente de Correlação | ,336 | 1,000 | ,446 | ,757** | ,749** |
| | | Sig. (2- tailed) | ,203 | . | ,064 | ,001 | ,001 |
| | | N | 16 | 18 | 18 | 16 | 16 |
| HIS3_Total | Coeficiente de Correlação | ,712** | ,446 | 1,000 | ,814** | ,666** | |
| | Sig. (2- tailed) | ,002 | ,064 | . | ,000 | ,005 | |
| | N | 16 | 18 | 18 | 16 | 16 | |
| HIS_Total | Coeficiente de Correlação | ,774** | ,757** | ,814** | 1,000 | ,842** | |
| | Sig. (2- tailed) | ,000 | ,001 | ,000 | . | ,000 | |
| | N | 16 | 16 | 16 | 16 | 15 | |
| ECVC_Total | Coeficiente de Correlação | ,590* | ,749** | ,666** | ,842** | 1,000 | |
| | Sig. (2- tailed) | ,021 | ,001 | ,005 | ,000 | . | |
| | N | 15 | 16 | 16 | 15 | 17 | |

Tabela 2.4 – QVC_CMV: Consistência interna para a dimensão Causas

| Alpha de Cronbach | Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados | Nº de itens |
|-------------------|--|-------------|
| ,906 | ,913 | 14 |

Tabela 2.4.1 – QVC_CMV: Estatísticas item-total para a dimensão Causas

| | Média da escala se o item for retirado | R Item-Total | Alpha de Cronbach se o item for retirado |
|-----------|--|--------------|--|
| QVC_CMV1 | 31,94 | ,372 | ,911 |
| QVC_CMV2 | 32,50 | ,163 | ,920 |
| QVC_CMV3 | 32,31 | ,767 | ,894 |
| QVC_CMV4 | 32,50 | ,518 | ,903 |
| QVC_CMV5 | 32,44 | ,716 | ,896 |
| QVC_CMV6 | 32,25 | ,796 | ,892 |
| QVC_CMV7 | 32,31 | ,782 | ,893 |
| QVC_CMV8 | 32,19 | ,804 | ,892 |
| QVC_CMV9 | 32,50 | ,585 | ,900 |
| QVC_CMV10 | 32,25 | ,737 | ,895 |
| QVC_CMV11 | 32,00 | ,572 | ,901 |
| QVC_CMV12 | 31,88 | ,426 | ,906 |
| QVC_CMV13 | 32,44 | ,716 | ,896 |
| QVC_CMV14 | 32,25 | ,781 | ,892 |

Tabela 2.4.2 – QVC_CMV: Estatísticas da escala para a dimensão Causas

| Média | Desvio-padrão | Nº de itens |
|-------|---------------|-------------|
| 34,75 | 7,243 | 14 |

Tabela 2.5 – QVC_CMV: Consistência interna para a dimensão Manutenção

| Alpha de Cronbach | Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados | Nº de itens |
|-------------------|--|-------------|
| ,935 | ,936 | 14 |

Tabela 2.5.1 –QVC_CMV: Estatísticas item-total para a dimensão Manutenção

| | Média da escala se o item for retirado | R Item-Total | Alpha de Cronbach se o item for retirado |
|-----------|--|--------------|--|
| QVC_CMV15 | 32,00 | ,636 | ,933 |
| QVC_CMV16 | 32,00 | ,613 | ,934 |
| QVC_CMV17 | 32,38 | ,615 | ,932 |
| QVC_CMV18 | 32,69 | ,699 | ,930 |
| QVC_CMV19 | 32,77 | ,551 | ,934 |
| QVC_CMV20 | 32,15 | ,468 | ,936 |
| QVC_CMV21 | 32,31 | ,904 | ,924 |
| QVC_CMV22 | 32,15 | ,857 | ,925 |
| QVC_CMV23 | 32,08 | ,728 | ,929 |
| QVC_CMV24 | 32,62 | ,712 | ,930 |
| QVC_CMV25 | 32,31 | ,485 | ,935 |
| QVC_CMV26 | 32,23 | ,858 | ,925 |
| QVC_CMV27 | 32,08 | ,700 | ,931 |
| QVC_CMV28 | 32,23 | ,877 | ,925 |

Tabela 2.5.2 – QVC_CMV: Estatísticas da escala para a dimensão Manutenção

| Média | Desvio-padrão | Nº de itens |
|-------|---------------|-------------|
| 34,77 | 8,447 | 14 |

Tabela 2.6 – QVC_CMV: Estatísticas da escala para a dimensão Resolução

| Alpha de Cronbach | Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados | Nº de itens |
|-------------------|--|-------------|
| ,864 | ,888 | 14 |

Tabela 2.6.1 –QVC_CMV: Estatísticas item-total para a dimensão Resolução

| | Média da escala se o item for retirado | R Item-Total | Alpha de Cronbach se o item for retirado |
|-----------|--|-----------------|--|
| QVC_CMV29 | 38,13 | ,409 | ,866 |
| QVC_CMV30 | 38,40 | ,489 | ,859 |
| QVC_CMV31 | 37,80 | ,421 | ,861 |
| QVC_CMV32 | 38,40 | ,395 | ,863 |
| QVC_CMV33 | 37,53 | ,671 | ,848 |
| QVC_CMV34 | 37,93 | ,348 | ,865 |
| QVC_CMV35 | 37,47 | ,712 | ,848 |
| QVC_CMV36 | 37,60 | ,690 | ,848 |
| QVC_CMV37 | 37,60 | ,798 | ,844 |
| QVC_CMV38 | 37,53 | ,553 | ,854 |
| QVC_CMV39 | 37,80 | ,649 | ,847 |
| QVC_CMV40 | 37,53 | ,437 | ,859 |
| QVC_CMV41 | 37,53 | ,659 | ,851 |
| QVC_CMV42 | 37,40 | ,501 | ,857 |

Tabela 2.6.2 – QVC_CMV: Estatísticas da escala para a dimensão Resolução

| Média | Desvio-padrão | Nº de itens |
|-------|---------------|-------------|
| 40,67 | 6,422 | 14 |

Tabela 3.1 – Verificação do pressuposto da normalidade para o QVC-HIS

| | Kolmogorov-Smirnov ^a | | | Shapiro-Wilk | | |
|----------------|---------------------------------|--------------------|-------|--------------|--------------------|------|
| | Estatística | Graus de liberdade | Sig. | Estatística | Graus de liberdade | Sig. |
| QRVC_HIS1Total | ,158 | 16 | ,200* | ,939 | 16 | ,337 |
| QRVC_HIS2total | ,168 | 16 | ,200* | ,932 | 16 | ,259 |
| QRVC_HIS3total | ,158 | 16 | ,200* | ,957 | 16 | ,599 |
| QRVC_HISTotal | ,175 | 16 | ,200* | ,953 | 16 | ,542 |

Tabela 3.2 – Verificação do pressuposto da normalidade para a ECVC

| | Kolmogorov-Smirnov ^a | | | Shapiro-Wilk | | |
|------------|---------------------------------|--------------------|-------|--------------|--------------------|------|
| | Estatística | Graus de liberdade | Sig. | Estatística | Graus de liberdade | Sig. |
| ECVC_Total | ,138 | 17 | ,200* | ,944 | 17 | ,368 |

Tabela 3.3 – Verificação do pressuposto da normalidade para o QVC_CMV

| | Kolmogorov-Smirnov ^a | | | Shapiro-Wilk | | |
|-------------|---------------------------------|--------------------|-------|--------------|--------------------|------|
| | Estatística | Graus de liberdade | Sig. | Estatística | Graus de liberdade | Sig. |
| QVC_CMV1Tot | ,261 | 12 | ,023 | ,726 | 12 | ,002 |
| QVC_CMV2Tot | ,191 | 12 | ,200* | ,882 | 12 | ,094 |
| QVC_CMV3Tot | ,144 | 12 | ,200* | ,964 | 12 | ,839 |

Tabela 3.4 – Teste de homogeneidade das variâncias para o QVC_HIS

| | Estatística de Levene | Graus de liberdade 1 | Graus de liberdade 2 | Sig. |
|----------------|-----------------------|----------------------|----------------------|------|
| QRVC_HIS1Total | 1,467 | 2 | 13 | ,266 |
| QRVC_HIS2total | ,581 | 2 | 15 | ,571 |
| QRVC_HIS3total | 1,520 | 2 | 15 | ,251 |
| QRVC_HISTotal | ,860 | 2 | 13 | ,446 |

Tabela 3.5 – Teste de homogeneidade das variâncias para a ECVC Total

| Estatísticas de Levene | Graus de liberdade 1 | Graus de liberdade 2 | Sig. |
|------------------------|----------------------|----------------------|------|
| 1,111 | 2 | 14 | ,357 |

Tabela 3.6 – Teste da homogeneidade das variâncias para o QVC_CMV

| | Estatística de Levene | Graus de liberdade 1 | Graus de liberdade 2 | Sig. |
|---------------|-----------------------|----------------------|----------------------|------|
| QVC_CMV1Total | 3,639 | 2 | 13 | ,056 |
| QVC_CMV2Total | ,630 | 1 | 10 | ,446 |
| QVC_CMV3Total | ,088 | 2 | 12 | ,916 |

Tabela 3.7 – Coeficientes de assimetria e de achatamento para QRCV-HIS e ECVC

| | Assimetria | | Curtose | |
|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| | Estatística | Desvio-padrão | Estatística | Desvio-padrão |
| QVC_HIS1Total | -,489 | -,564 | -,051 | 1,091 |
| QVC_HIS2total | -,327 | ,536 | ,050 | 1,038 |
| QVC_HIS3total | -,164 | ,536 | -,379 | 1,038 |
| QVC_HISTotal | -,789 | ,564 | ,877 | 1,091 |
| ECVC_Total | ,155 | ,550 | -,641 | 1,063 |

Tabela 3.8 - Coeficientes de assimetria e de achatamento para QVC-CMV

| | Assimetria | | Curtose | |
|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| | Estatística | Desvio-padrão | Estatística | Desvio-padrão |
| QVC_CMV1Total | -2,015 | ,564 | 4,195 | 1,091 |
| QVC_CMV2Total | -1,363 | ,616 | 1,889 | 1,191 |
| QVC_CMV3Total | ,458 | ,580 | 1,756 | 1,121 |

Anexo 4

Tabela 4.1 – Correlação *Rho de Spearman* entre a variável “idade” e o QRVC_HIS e a ECVC

| | | | Idade |
|-----------------|-----------------|-----------------|-------|
| Rho Spearman | QRVC_HIS1Total | Coeficiente de | ,303 |
| | | Correlação | |
| | | Sig. (2-tailed) | ,273 |
| | | N | 15 |
| | QRVC_HISTotal | Coeficiente de | ,060 |
| | | Correlação | |
| Sig. (2-tailed) | | ,831 | |
| | N | 15 | |
| QRVC_HIS2total | Coeficiente de | -,251 | |
| | Correlação | | |
| | Sig. (2-tailed) | ,331 | |
| | N | 17 | |
| QRVC_HIS3total | Coeficiente de | -,052 | |
| | Correlação | | |
| | Sig. (2-tailed) | ,843 | |
| | N | 17 | |
| ECVC_Total | Coeficiente de | ,091 | |
| | Correlação | | |
| | Sig. (2-tailed) | ,737 | |
| | N | 16 | |
| Idade | Coeficiente de | 1,000 | |
| | Correlação | | |
| | Sig. (2-tailed) | . | |
| | N | 18 | |

Tabela 4.2 – Estado civil dos agressores e respostas ao QRVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS1 total | QVC_HIS2 total | QVC_HIS 3total | QVC_ HISTotal | ECVC _Total |
|----------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 1,648 | 1,911 | 2,244 | 2,731 | 1,024 |
| df | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Asymp. Sig. | ,439 | ,385 | ,326 | ,340 | ,599 |

Tabela 4.3 – Escolaridade dos agressores e respostas ao QRVC_HIS e ECVC

| | QVC_HI S1total | QVC_ HIS2total | QVC_ HIS3total | QVC_HIS Total | ECVC_ Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 6,718 | 2,988 | 4,925 | 7,714 | 2,435 |
| df | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Asymp. Sig. | ,152 | ,560 | ,295 | ,103 | ,656 |

Tabela 4.4 - Tipo de violência exercida e respostas ao QRVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS 1total | QVC_HIS 2total | QVC_HIS 3total | QVC_HIS Total | ECVC _Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 3,867 | 1,859 | 5,363 | 4,000 | 3,598 |
| Df | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Asymp. Sig. | ,276 | ,602 | ,147 | ,261 | ,308 |

Tabela 4.5 - Tipo de acompanhamento e respostas ao QRVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS 1total | QVC_HIS 2total | QVC_HIS 3total | QVC_HIS Total | ECVC _Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 7,044 | 2,377 | 7,705 | 5,390 | 3,373 |
| Df | 5 | 6 | 6 | 5 | 5 |
| Asymp. Sig. | ,217 | ,882 | ,261 | ,370 | ,643 |

Tabela 4.6 - Tipo de terapia que frequenta e respostas ao QRVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS 1total | QVC_HIS 2total | QVC_HIS 3total | QVC_HIS Total | ECVC _Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 3,158 | ,669 | 4,907 | 2,459 | ,890 |
| df | 3 | 4 | 4 | 3 | 3 |
| Asymp. Sig. | ,368 | ,955 | ,297 | ,483 | ,828 |

Tabela 4.7 - Iniciativa da procura de acompanhamento e respostas ao QVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS 1total | QVC_HIS 2total | QVC_HIS 3total | QVC_HIS Total | ECVC _Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 3,903 | 2,780 | 7,193 | 5,386 | 1,226 |
| df | 3 | 4 | 4 | 3 | 3 |
| Asymp. Sig. | ,272 | ,595 | ,126 | ,146 | ,747 |

Tabela 4.8 – “Houve suspensão provisória do processo?” e respostas ao QVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS 1total | QVC_HIS 2total | QVC_HIS 3total | QVC_HIS Total | ECVC _Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | ,005 | 1,033 | 2,746 | 1,177 | ,337 |
| Df | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Asymp. Sig. | ,946 | ,310 | ,097 | ,278 | ,562 |

Tabela 4.9 – “Se respondeu não indique se já foi julgado” e respostas ao QVC_HIS e ECVC

| | QVC_HIS 1total | QVC_HIS 2total | QVC_HIS 3total | QVC_HIS Total | ECVC _Total |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
| Chi-Square | 1,685 | 2,591 | 1,658 | 3,497 | 4,333 |
| Df | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Asymp. Sig. | ,194 | ,107 | ,198 | ,061 | ,037 |

Tabela 4.10 – Estado civil dos agressores e respostas ao QVC-CMR

| | QVC_CMR1Total | QVC_CMR2Total | QVC_CMR3Total |
|-------------|---------------|---------------|---------------|
| Chi-Square | 1,874 | 2,914 | ,901 |
| Df | 2 | 2 | 2 |
| Asymp. Sig. | ,392 | ,233 | ,637 |

Tabela 4.11 – Escolaridade dos agressores e respostas ao QVC_CMR

| | QVC_CMR1Total | QVC_CMR2Total | QVC_CMR3Total |
|-------------|---------------|---------------|---------------|
| Chi-Square | 1,314 | 4,082 | 4,254 |
| Df | 4 | 4 | 4 |
| Asymp. Sig. | ,859 | ,395 | ,373 |

Tabela. 4.12 - Tipo de violência exercida e respostas ao QVC_CM

| | QVC_CM1Total | QVC_CM2Total | QVC_CM3Total |
|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Chi-Square | 2,576 | 3,283 | 2,173 |
| Df | 3 | 3 | 3 |
| Asymp. Sig. | ,462 | ,350 | ,537 |

Tabela 4.13 - Tipo de acompanhamento e respostas ao QVC_CM

| | QVC_CM1Total | QVC_CM2Total | QVC_CM3Total |
|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Chi-Square | 2,866 | 4,947 | 2,673 |
| Df | 5 | 5 | 4 |
| Asymp. Sig. | ,721 | ,422 | ,614 |

Tabela 4.14 – Tipo de terapia que frequenta e respostas ao QVC_CM

| | QVC_CM1Total | QVC_CM2Total | QVC_CM3Total |
|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Chi-Square | 2,354 | ,404 | 2,527 |
| Df | 3 | 3 | 2 |
| Asymp. Sig. | ,502 | ,939 | ,283 |

Tabela 4.15 – Iniciativa da procura de acompanhamento e respostas ao QVC_CM

| | QVC_CM1Total | QVC_CM2Total | QVC_CM3Total |
|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Chi-Square | 6,670 | ,685 | ,663 |
| Df | 3 | 3 | 3 |
| Asymp. Sig. | ,083 | ,877 | ,882 |

Tabela 4.16 – “Houve suspensão provisória do processo?” e respostas ao QVC_CM

| | QVC_CM1Total | QVC_CM2Total | QVC_CM3Total |
|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Chi-Square | ,632 | 1,419 | 1,709 |
| Df | 1 | 1 | 1 |
| Asymp. Sig. | ,427 | ,233 | ,191 |

Tabela 4.17 – “Se respondeu não indique se já foi julgado” e respostas ao QVC_CMV

| | QVC_CMV1Tot | QVC_CMV2Tot | QVC_CMV3Tot |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Chi-Square | ,657 | ,045 | ,320 |
| Df | 1 | 1 | 1 |
| Asymp. Sig. | ,418 | ,832 | ,572 |

Tabela 4.18 - Estatísticas descritivas: “Está a ter algum tipo de acompanhamento?” e QRVC_HIS/ECVC

| Está a ter algum tipo de acompanhamento? | | N | Média | Desvio-padrão |
|--|--|---|-------------|---------------|
| QRVC_HIS1Tot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 19,500 0 | 5,06623 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 21,400 0 | 2,96648 |
| QRVC_HIS2tot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 21,500 0 | 8,88819 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 22,400 0 | 3,36155 |
| QRVC_HIS3tot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 20,500 0 | 5,80230 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 23,000 0 | 2,91548 |
| QRVC_HISTot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 61,500 0 | 19,01754 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 66,800 0 | 3,49285 |
| ECVC_Total | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 57,000 0 | 24,57641 |
| | Não tem acompanhamento | 4 | 58,000 0 | 16,75311 |

Tabela 4.19 - Estatísticas descritivas: “Está a ter algum tipo de acompanhamento?” e QVC_CM

| Está a ter algum tipo de acompanhamento? | | N | Média | Desvio-padrão |
|--|--|---|---------|---------------|
| QVC_CM1Tot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 32,7500 | 7,80491 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 35,6000 | 2,50998 |
| QVC_CM2Tot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 35,0000 | 8,36660 |
| | Não tem acompanhamento | 4 | 36,0000 | 5,77350 |
| QVC_CM3Tot | Apoio psicológico no âmbito de outras patologias | 4 | 37,7500 | 6,65207 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 39,8000 | 4,91935 |

Tabela 4.18.1 - Estatísticas descritivas: “Está a ter algum tipo de acompanhamento?” e QRVC-HIS/ECVC

| Está a ter algum tipo de acompanhamento? | | N | Média | Desvio-padrão |
|--|--------------------------|---|---------|---------------|
| QRVC_HIS1Tot | Acompanhamento pela DGRS | 2 | 15,5000 | 2,12132 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 21,4000 | 2,96648 |
| QRVC_HIS2tot | Acompanhamento pela DGRS | 3 | 17,3333 | 4,50925 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 22,4000 | 3,36155 |
| QRVC_HIS3tot | Acompanhamento pela DGRS | 3 | 17,3333 | 4,72582 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 23,0000 | 2,91548 |
| QRVC_HIS1Tot | Acompanhamento pela DGRS | 2 | 55,0000 | 4,24264 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 66,8000 | 3,49285 |
| ECVC_Total | Acompanhamento pela DGRS | 3 | 41,0000 | 13,74773 |
| | Não tem acompanhamento | 4 | 58,0000 | 16,75311 |

Tabela 4.19.1 – Estatísticas descritivas: “Está a ter algum tipo de acompanhamento?” e QVC-CMR

| Está a ter algum tipo de acompanhamento? | | N | Média | Desvio-padrão |
|--|--------------------------|---|---------|---------------|
| QVC_CMRI | Acompanhamento pela DGRS | 3 | 31,3333 | 15,30795 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 35,6000 | 2,50998 |
| QVC_CMRII | Acompanhamento pela DGRS | 1 | 14,0000 | . |
| | Não tem acompanhamento | 4 | 36,0000 | 5,77350 |
| QVC_CMRIII | Acompanhamento pela DGRS | 3 | 39,6667 | 4,50925 |
| | Não tem acompanhamento | 5 | 39,8000 | 4,91935 |